



## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

### Informações gerais da avaliação:

**Protocolo:** 201511192

**Código MEC:** 1292760

**Código da Avaliação:** 125694

**Ato Regulatório:** Recredenciamento EAD

**Categoria Módulo:** Instituição

**Status:** Finalizada

**Instrumento:** 297-Instrumento de avaliação institucional externa - Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica (EaD)

**Tipo de Avaliação:** Avaliação de Regulação

### Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR - IFRR

### Endereço da IES:

39883 - Unidade SEDE - Avenida Glaycon de Paiva, 2496 Pricumã. Boa Vista - RR.  
CEP:69303-340

### Informações da comissão:

**Nº de Avaliadores :** 3

**Data de Formação:** 13/05/2019 14:15:19

**Período de Visita:** 09/06/2019 a 13/06/2019

**Situação:** Visita Concluída

### Avaliadores "ad-hoc":

Helcio Hermes Hoffmann (54514711934)

MARIA SOLANGE COELHO BORGES (69038724934) -> coordenador(a) da comissão

MAICON BERNARDINO DA SILVEIRA (81347987053)

## DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
ADAO COSTA SILVA	Mestrado	Parcial	Outro
ADELINE ARAUJO CARNEIRO FARIAS	Doutorado	Integral	Estatutário
ADNELSON JATI BATISTA	Mestrado	Integral	Estatutário
ALINE DAS GRACAS DE SOUZA	Doutorado	Horista	Outro
ALINE DIAS DE SANTANA	Especialização	Parcial	Outro
ANA APARECIDA VIEIRA DE MOURA	Doutorado	Integral	Estatutário
ANA CLAUDIA LUIZ BORGES BARROS	Especialização	Horista	Outro
BRUNA RAMOS MARINHO	Doutorado	Integral	Estatutário
CIDINEIA DE SOUZA CIADADE	Mestrado	Horista	Outro
CINTIARA SOUZA MAIA	Mestrado	Integral	Estatutário
CRISTOFE COELHO LOPES DA ROCHA	Mestrado	Integral	Estatutário
DANIEL FERNANDES SCHRAMM	Especialização	Horista	Outro
DAYGLES MARIA FERREIRA DE SOUZA	Mestrado	Integral	Estatutário
EDNALDO COELHO PEREIRA	Mestrado	Horista	Outro
ELISANGELA DA COSTA ROSSI	Especialização	Integral	Estatutário
ESMERACI SANTOS DO NASCIMENTO	Especialização	Integral	Estatutário
FABIANA LETÍCIA SBARAINI	Doutorado	Integral	Estatutário
FRANCISCO DE ASSIS NOBREGA DE BRITO	Especialização	Horista	Outro
GILBERTO PIVETTA PIRES	Doutorado	Integral	Estatutário

<b>Nome do Docente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Regime Trabalho</b>	<b>Vínculo Empregatício</b>
Guilherme Da Silva Ramos	Mestrado	Integral	Estatutário
ISMAYL CARLOS CORTEZ	Mestrado	Integral	Estatutário
IURY JOSE SODRE MEDEIROS	Mestrado	Horista	Outro
IVONE MARY MEDEIROS DE SOUZA	Mestrado	Integral	Estatutário
JOCELAINA OLIVEIRA DOS SANTOS	Doutorado	Integral	Estatutário
JOERK DA SILVA OLIVEIRA	Mestrado	Integral	Estatutário
JOSE VILSON MARTINS FILHO	Mestrado	Integral	Estatutário
JUCILENE OLIVEIRA DE SOUSA	Mestrado	Horista	Outro
JULIELLY DA SILVA OLIVEIRA	Especialização	Horista	Outro
KARLA SANTANA MORAIS	Mestrado	Integral	Estatutário
LANA CRISTINA BARBOSA DE MELO	Mestrado	Integral	Estatutário
LEOVERGILDO RODRIGUES FARIAS	Mestrado	Integral	Estatutário
LUCIANA LEANDRO SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
MARCOS VIEIRA ARAUJO	Especialização	Horista	Outro
MARIA BETANIA GOMES GRISI	Mestrado	Horista	Outro
MARILDA VINHOTE BENTES	Mestrado	Integral	Estatutário
MARLISON BRITO XAVIER	Especialização	Horista	Outro
MIRIAN MIRNA BECKER	Mestrado	Horista	Outro
MIRLA JANAINA AUGUSTA CIDADE	Doutorado	Horista	Outro
NATHALIA OLIVEIRA DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
NILRA JANE FIGUEIRA BEZERRA	Doutorado	Integral	Estatutário
PAULO ROGÉRIO LUSTOSA	Mestrado	Integral	Estatutário
Paulo Sergio Rodrigues Da Silva	Mestrado	Horista	Outro
PRISCILA FEITOZA BEZERRA	Mestrado	Horista	Outro
Raimunda Maria Rodrigues Santos	Doutorado	Integral	Estatutário
ROGERIO DA SILVA ALMEIDA	Especialização	Horista	Outro
ROSELIS BASTOS DA SILVA	Mestrado	Integral	Estatutário
SANDRA MENDES DE SOUSA SILVA	Especialização	Integral	Estatutário
SANDRA MILENA PALOMINO ORTIZ	Especialização	Horista	Outro
SAULA LEITE OLIVEIRA DANTAS	Doutorado	Integral	Estatutário
TOMAS ARMANDO DEL POZO HERNANDEZ	Mestrado	Integral	Estatutário
VIRGÍNIA MARNE DA SILVA ARAÚJO DOS SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário
VIVIANE DIAS ALBUQUERQUE	Especialização	Horista	Outro
WEMERSON ANTONIO SOARES	Mestrado	Horista	Outro

### CATEGORIAS AVALIADAS

#### Dimensão 1: Análise preliminar

1.1. Informar o nome da mantenedora e listar suas mantidas, indicando o grupo educacional de que faz parte, quando for o caso.

O IFRR é uma entidade de natureza autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

É supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e possui personalidade jurídica própria com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, nos termos da Lei nº 3.552 de 16.02.59, alterada pelo Decreto Lei nº 796, de 27.08.69.

Possui também quadro de pessoal próprio composto por servidores técnico-administrativos e docentes, sujeitos ao Regime Jurídico Único, Lei nº 8.112/90 e à Lei nº 7596, de 10.04.87, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino (PUCRCE).

Código da Mantenedora\*: 16809

CNPJ\*: 10.839.508/0001-31

Razão Social\*: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

Categoria Administrativa\*: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal

1.2. Informar o nome da IES.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR

1.3. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

Ato Regulatório: Recredenciamento  
Tipo de Documento: Portaria No. Documento: 609 de 27/06/2018.  
Data do Documento: 27/06/2018 Data de Publicação: 28/06/2018  
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento EAD  
Tipo de Documento: Portaria No. Documento: 1.369  
Data do Documento: 07/12/2010 Data de Publicação: 08/12/2010  
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo  
Ato Regulatório: Recredenciamento  
Tipo de Documento: Lei Federal No. Documento: 11.892  
Data do Documento: 29/12/2008 Data de Publicação: 30/12/2008  
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento  
Tipo de Documento: Decreto No. Documento: s/n  
Data do Documento: 13/11/2002 Data de Publicação: 14/11/2002  
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Endereço:  
Reitoria  
CNPJ nº 10.839.508/0001 31  
Endereço: Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11  
Calungá , CEP: 69 303 220  
Boa Vista - Roraima

Câmpus Boa Vista- Sede  
CNPJ nº 10.839.508/0002 12  
Endereço  
Avenida Glaycon de Paiva, nº 2496 Pricumã , CEP: 69 304 340  
Boa Vista - Roraima

Câmpus Avançado de Bonfim Sede Provisória  
Endereço: Rua do Comércio s/nº Nova Cidade , CEP: 69380 000  
Bonfim - Roraima

Câmpus Novo Paraíso  
CNPJ nº 10.839.508/0003 01  
Endereço: BR174 k m 512  
Vila Novo Paraíso, Caracarái - Roraima

Câmpus Amajari  
CNPJ nº 10.839.508/0004 84  
Endereço: Vicinal de acesso  
à Vila Brasil, km 03 , CEP 69343 000  
Amajari- Roraima

Câmpus Zona Oeste Sede Provisória  
CNPJ Nº 10.839.508/0005 65  
Endereço: Rua CC15, nº 204, Escola Elza Breves Senador Hélio Campos,  
CEP:69 318 060  
Boa Vista- Roraima

1.4. Informar o perfil e a missão da IES.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, tem como Missão "promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável".

O IFRR é uma entidade de natureza autárquica vinculada ao Ministério da Educação ( MEC ). É supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ( SETEC ) e possui personalidade jurídica própria com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, nos termos da Lei nº 3.552 de 16.02.59, alterada pelo Decreto Lei nº 796, de 27.08.69. Possui também quadro de pessoal próprio composto por ser vidores técnico administrativos e docentes, sujeitos ao Regime Jurídico Único, Lei nº 8.112/90 e à Lei nº 7596, de 10.04.87, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino ( PUCRCE ).

Sua constituição abrange: Reitoria, Câmpus Boa Vista, Câmpus Avançado de Bonfim, Câmpus Novo Paraíso, Câmpus Amajari e Câmpus Zona Oeste.

Tem como objetivos institucionais:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Neste sentido, o IFRR a cada ano possibilita a inserção de alunos em programa de Iniciação Científica e Tecnológica - PIBICT e PIVICT, além de estimular os servidores para o desenvolvimento de soluções tecnológicas por meio da participação em programas institucionais de Pesquisa Aplicada Docente-PIPAD; Desenvolvimento de pesquisas na área de Energias Renováveis e de ampliação científica e tecnológica por intermédio de Editais de fomento a Grupos de Pesquisa do IFRR cadastrados e certificados no CNPq.

IV- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Neste sentido, a Pró-reitoria de Extensão vem desenvolvendo a articulação com a comunidade externa através de programas institucionais como o Programa de Bolsas de Extensão- PBAEX, IF Comunidade e o Encontro de Egressos.

VI- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VII - Ministrando em nível de educação superior:

a) Cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação

Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para a Educação Profissional;

c) Cursos de bacharelado em engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica.

Suas metas institucionais são:

I- Fortalecer continuamente a qualidade do ensino;

II- Garantir a oferta regular de cursos na modalidade a distância;

III- Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais;

IV- Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;

V- Assegurar aos estudantes condições de permanência e conclusão com êxito;

VI- Desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável;

VII- Criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas;

VIII- Consolidar as estruturas de governança;

IX- Implementar sistema integrado de gestão institucional;

X- Difundir e implementar ações para a consecução dos objetivos expressos no mapa estratégico;

XI- Promover ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho, capacitação e qualificação profissional;

XII- Consolidar a expansão e a reestruturação do IFRR para promover a qualidade dos serviços prestados;

XIII- Melhorar a qualidade da infraestrutura de telecomunicações;

XIV- Manter os serviços direcionados ao funcionamento da instituição.

**1.5. Descrever dados socioeconômicos da região.**

**Dimensão 1: Análise preliminar**

O Estado de Roraima está localizado no extremo Norte do Brasil. Limita-se, ao norte, com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana; ao sul, com o Estado do Amazonas; a leste, com a República Cooperativista da Guiana e com o Estado do Pará; e a oeste, com o Estado do Amazonas e a Venezuela. São 1.922km de fronteiras internacionais, sendo 958 km com a Venezuela, e 964km com a República Cooperativista da Guiana. Com relação às fronteiras estaduais, são 1.535km, sendo 1.375km com o Estado do Amazonas, e 160km com o Estado do Pará. Sua localização potencializa o acesso aos principais mercados internacionais (América Central, Caribe, Estados Unidos e Europa) e nacional, este pelo Porto de Itacoatiara no Estado do Amazonas. (PDI-2014/2018, p.47)

Segundo as informações do Censo Demográfico do IBGE, Roraima, com 450.479 habitantes no ano de 2010, é o Estado menos populoso da Região Norte e do Brasil, abrigando 2,8% da população da Região Norte e 0,2% da população brasileira.

A população de Roraima, em sua grande maioria, é jovem, na faixa de 0 a 29 anos, o que representa 62,75% do total, ficando acima da média do Brasil, que é de 50,99%. Sua concentração está na capital, Boa Vista, que detém 63,1% da população por ser cidade polo da Amazônia Ocidental. Além dessa concentração na capital, verifica-se um adensamento na zona urbana do Estado, o qual, em 2010, chegou a 76,1%, pressionando a demanda por serviços públicos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura. (PDI-2014/2018, p.50).

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (Seplan-RR), Boa Vista possui o maior número de empresas (5.685), o maior número de pessoal ocupado (83.351), e a maior média salarial entre os municípios (3,6 salários mínimos). As atividades empresariais que mais se destacam na capital são: comércio, reparação de serviços automotores e motocicletas, alojamento e alimentação e indústria de transformação. (PDI-2014/2018, p.50).

O Produto Interno Bruto, de acordo com a Seplan-RR, ficou em R\$ 6,3 bilhões em 2010. Desse total, o setor terciário responde por 82%; o setor secundário, por 13%; e o setor primário, por 5%. Isso representa um crescimento real, em volume, de 9,6% nesse ano. Entre as atividades econômicas que compõem a economia local, a Administração Pública é responsável por 49,7% do PIB total; o Comércio, por 12,0%; e a Construção Civil, por 9,5%. Dos municípios de Roraima, Boa Vista é o que tem a menor participação de recursos da administração pública na constituição do PIB (45%), e o Uiramutã é o que tem a maior participação (82%). O PIB de Roraima representa 0,17% do PIB nacional.

O PDI-2014/2018 (p. 52-54) faz referência à constituição dos cinco câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima que foi realizada a partir da base territorial e socioeconômica. Na base territorial, evidencia-se a presença em três municípios que compõem duas mesorregiões, norte e sul, e três microrregiões, Boa Vista, Caracaraí e nordeste.

Cita que o IFRR está presente: na microrregião Boa Vista com os câmpus Amajari, Boa Vista e Zona Oeste, e, na microrregião nordeste, com o Câmpus Avançado no Município de Bonfim; e na microrregião Caracaraí com o câmpus Novo Paraíso.

Enfatiza que a microrregião Boa Vista é parte da mesorregião norte, que compreende uma área de 67.754,56km<sup>2</sup> (30,1% do território roraimense) e é formada pelos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Amajari e Pacaraima. Sua população, que era de 346.296 habitantes em 2010, representa 76,9% da população de Roraima.

Observa que o dinamismo verificado na microrregião Boa Vista deriva da presença da capital, Boa Vista, que concentra 63,1% da população e possui a maior densidade demográfica: 48,9 hab/km<sup>2</sup>. Economicamente, concentra 73,2% do Produto Interno Bruto do Estado de Roraima, cuja produção agrícola de cereais, como arroz, milho e soja, tem grande representação na participação total do Estado. Ela possui o maior número de empresas (5.685), o maior número de pessoal ocupado (83.351) e a maior média salarial entre os municípios (3,6 salários mínimos).

Reitera que a economia diversificada da região apresenta arranjos produtivos locais, segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), destacando-se madeiras e móveis; agroindústria, apicultura e fruticultura. No setor terciário, destacam-se as subatividades – comércio varejista, serviços de informação, serviços prestados às famílias e às empresas – e o setor público, que tem ampla participação na economia da região.

1.6. Redigir um breve histórico da IES, em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

## Dimensão 1: Análise preliminar

Pela pesquisa realizada no PDI – 2014/2018 (p. 37-39) e pelas informações descritas no Formulário Eletrônico-FE pela instituição descreve-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de referência educacional no Estado de Roraima, que vem contribuindo para o seu desenvolvimento há 25 anos, ao promover a inclusão social de jovens e adultos, por intermédio das ações de formação profissional, estando inserido no contexto local e regional. A Instituição, ao longo de sua história, passou por algumas mudanças, a qual apresentamos em cinco etapas. São elas:

1. Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima Implantada como Escola Técnica, em 1986. Começa suas atividades em 1987, com dois cursos técnicos, atendendo 175 (cento e setenta e cinco) estudantes.
2. Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer no 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento.
3. Escola Técnica Federal de Roraima - Em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União no 123, de 1º de julho de 1993, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, se dá pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território. A partir de 1994, por intermédio do Programa de Expansão de Cursos, são implantados os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª séries –, atendendo 213 (duzentos e treze) estudantes, distribuídos em seis turmas.
4. Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - Com a transformação da Instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, à comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior. O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDs) em diversas unidades da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do Estado. Já na segunda fase do Plano de Expansão, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED, sendo agora no Município do Amajari, no norte do Estado.

5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação. Então, a partir dessa data, o CEFET-RR foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Atualmente o IFRR, possui uma estrutura de 05 Campi, sendo 02 na capital Boa Vista (Campus Boa Vista e Campus Boa Vista Zona Oeste), 01 localizado na região Norte do Estado no município de Amajari (Campus Amajari), 01 na região Sul do Estado, localizado no município de Caracará (Campus Novo Paraíso) e 01 Campus Avançado localizado no município de Bonfim fronteira com a Guiana Inglesa (Campus Avançado Bonfim).

Em sua totalidade atende aproximadamente 4.000 alunos, com cursos de Formação Inicial e Continuada, Aperfeiçoamento, Extensão, Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Subsequentes, PROEJA, Superiores e Pós-graduação. São aproximadamente 30 cursos e neste contexto, se insere a Educação a Distância (EaD) por ser uma modalidade de ensino que vem crescendo no Brasil e no mundo e tem como objetivo proporcionar uma aprendizagem ativa e autônoma, ao mesmo tempo em que facilita o acesso ao ensino superior de qualidade às pessoas que não tem condições de participar do sistema presencial.

A Modalidade EaD tem como objetivo primeiro a (re)significação do paradigma educacional vigente, propondo um ensino que facilite o processo de aprendizagem para um número massivo de alunos que se encontram em locais os mais diversos, auxiliando a autonomia, numa comunicação bidirecional entre professores e alunos, utilizando recursos tecnológicos atuais, numa proposta metodológica diferenciada. Nessa perspectiva, e procurando atender aos preceitos de sua missão institucional, o IFRR, em 2009, aderiu ao Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB através do Plano Nacional de Apoio à Formação de Docentes para atuar na Educação Básica, quando passou a ofertar cursos nesta modalidade.

Inicialmente foram ofertados Cursos de Extensão/ Formação Continuada (PACC) com o objetivo de capacitar profissionais para atuar nas diferentes funções frente ao ensino por meio desta modalidade. Em 2011, contando com o apoio da UAB, IFRR deu um grande passo, quando possibilitou a oferta do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica na Modalidade - EAD. Inicialmente a oferta foi realizada em cinco municípios do Estado de Roraima que possui um total de quinze (15). Tendo sido ampliada em 2013, para mais quatro (04) perfazendo um total de nove polos.

Nessa mesma perspectiva e procurando atender aos preceitos de sua missão, em 2017, o IFRR aderiu a uma nova oferta, compondo nove turmas de Cursos de Graduação na modalidade EaD e quatorze turmas de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu. Sendo estas: Pós em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, com vistas a atender cinco municípios do Estado; Boa Vista, Pacaraima, Normandia, Mucajaí e Rorainópolis, tendo como público alvo, graduados em áreas de pedagogia, das licenciaturas, não licenciados e professores da rede municipal e estadual de ensino em efetivo exercício na profissão docente; Pós em Docência da Língua Espanhola chegando a três municípios do Estado; Boa Vista, Pacaraima e Rorainópolis e tendo como público alvo Licenciados em Letras Portugêses/Espanhol e suas respectivas literaturas ou Graduação em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, com diplomas reconhecidos e ainda Pós em Docência em Educação Física Escolar alcançando mais três municípios do Estado; Boa Vista, Mucajaí e Rorainópolis, tendo como público alvo Licenciados em Educação Física, com diplomas reconhecidos pelo MEC.

Cabe destacar que a oferta de cursos na modalidade EaD vem sendo ampliada nos mais diferentes níveis de ensino. Pois, para o IFRR, essa modalidade se destaca a medida que possibilita o atendimento às regiões de difícil acesso, comum a estados amazônicos, cercados por florestas e rios, estradas sem asfalto e com pouca condição de tráfego, inclusive muitas vezes sem transporte público adequado. Para além do já mencionado, a EaD proporciona ao aluno maior flexibilidade de tempo e local, para a realização de qualquer curso com aproveitamento satisfatório, buscando sempre cumprir com os seus compromissos educacionais.

Nesse cenário, a avaliação institucional realizada pelo IFRR, tem por objetivo avaliar as condições físicas, materiais, financeiras, administrativas e acadêmicas que implicam no desenvolvimento das dimensões pedagógicas, políticas, éticas, sociais e culturais oferecidas aos cursos e demais atividades educacionais desenvolvidas pelo IFRR, considerando a Reitoria e cada um de seus campi, a partir da análise do desempenho global da instituição; considerando ainda os objetivos institucionais e o contexto socioeconômico e cultural no qual está inserido.

### 1.7. Descrever as políticas de institucionalização da modalidade a distância (EaD).

## Dimensão 1: Análise preliminar

Conforme o PDI (2014-2018) e informações relatadas no Formulário Eletrônico- FE a Educação a Distância do IFRR apresenta características de flexibilidade de espaço e tempo que podem se adaptar às diversas demandas. É considerada uma metodologia voltada para atender adultos com compromissos familiares e profissionais, uma vez que permite a continuação dos estudos sem o abandono de outras atividades, o grande diferencial da EaD está em proporcionar ao estudante a opção de escolher o próprio local e horário de estudo, possibilitando, assim, ganhos em tempo e adequação no atendimento a demandas específicas, que não estejam contempladas a contento em estruturas educacionais tradicionais.

O Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Art. 1º, caracteriza a Educação a distância como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. Considerando o referido Decreto em seu Art. 4º, as atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Dessa forma o IFRR, ancorado na Portaria de nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, em Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância, e na Organização Didática aprovada por meio da Resolução de Nº 338/Conselho Superior, de 01 de fevereiro de 2018, em seu Art. 17 "O docente poderá incluir previamente em seus Planos de Ensino a realização de atividades extraclasses e/ou a distância, desde que não ultrapasse a carga horária prevista no Projeto Pedagógico de Curso e na legislação vigente, vem organizando suas ofertas que abrangem desde a Formação Inicial e Continuada até as Ofertas a Nível de Pós-graduação."

Entre os cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC destaca-se, Graduação de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica. Em se tratando de Pós-graduação têm-se a Pós-graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Pós em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos-PROEJA, Pós-graduação em Docência da Educação Física e Pós-graduação em Docência da Língua Espanhola. Salienta-se que nesse cenário, todas as ofertas devem prevê em seu Projeto Pedagógico de Cursos uma fase inicial de Ambientação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, estimada entre 30-60 horas, como forma de "módulo-acolhimento" ou "nivelamento", objetivando o entendimento do que seja essa modalidade de ensino, assim como dar conta do processo de alfabetização digital, uso da plataforma de ensino virtual, fortalecimento dos processos de leitura e escrita e principalmente da responsabilidade e responsabilização do estudante, incluindo a construção de plano de estudos, com a finalidade de evitar ou pelo menos minimizar a evasão e o abandono escolar. Esse módulo introdutório de EaD e AVA deverá obrigatoriamente constar na Matriz Curricular dos referidos cursos na Modalidade a Distância.

Nesse processo as ações didático-pedagógicas estão pautadas no trabalho integrado tendo como fundamento a interdisciplinaridade que aparece como meio de promover a interação das disciplinas sem desagregação entre si. A necessidade de integração entre os componentes se insere, buscando efetivamente superar a execução dos componentes de forma compartimentada e otimizar o espaço/tempo de sua execução.

No que se refere às Políticas de Ensino especificamente relacionada a Educação a Distância (EaD), o PDI define diretrizes básicas, entre as quais destaca-se:

- I – Ampliar o acesso dos habitantes de Boa Vista e demais localidades à educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades;
- II – Possibilitar estudos para a apropriação local de novas tecnologias na educação;
- III – Desenvolver programas em sintonia com as novas necessidades do mundo do trabalho, por meio de parcerias com instituições locais, regionais e nacionais;
- IV – Desenvolver estratégias de apoio ao ensino, utilizando recursos tecnológicos na modalidade a distância ou semipresencial;
- V – Criar ambientes de aprendizagem em EaD, visando ao desenvolvimento de projetos aprovados nos demais departamentos, gerências e coordenações;
- VI – Apoiar a elaboração de projetos em EaD, o desenvolvimento e a adaptação de material didático para Web, e o uso de multimídia na elaboração de material didático.

Ainda que os cursos a serem ofertados na Modalidade a Distância no IFRR abrangem desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação sendo indispensável o processo de avaliação e de acompanhamento para essa modalidade de ensino, garantindo inclusive sua representatividade na avaliação institucional.

Desta forma, a Política Institucional em Educação a Distância contempla o alinhamento da base tecnológica institucional, com a utilização de ferramentas de apoio tecnológicos, para a promoção do conhecimento e da inovação tecnológica, beneficiando comunidades e vilas do nosso município, possibilitando assim à inclusão digital e impactando diretamente na formação profissional dos alunos, principalmente da modalidade de ensino a distância(EAD) que residem nessas comunidades ou no entorno delas. Em observância a transparência institucional, a definição da oferta dos cursos do IFRR, neste caso, em especial os cursos na modalidade a distância dimana por meio de três elementos definidores, são eles: Os dados macroeconômicos e social da localidade, que emergem de estudo de demanda em conformidade com os arranjos produtivos locais; a manifestação do interesse da comunidade; e por meio de audiências públicas, este último é apresentando os cursos existentes em conformidade com editais de expansão de oferta da CAPES.

Os cursos ofertados são integrantes do Programa Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto 5.800/2006, e suas ofertas acontecem nos Polos aprovados na avaliação da CAPES que são: Polo Normandia, Polo Pacaraina, Polo Rorainópolis, Polo São Luiz, Polo Boa Vista, Polo Cantá, Polo Iracema e Polo Mucajá.

### 1.8. Indicar o(s) resultado(s) dos Conceitos de Cursos (CC), nos últimos três anos.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

## \* Presencial

- (91909) Tecnológico em ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - CC 3
- (1363992) Tecnológico em AQUICULTURA = CC --
- (1151328) Licenciatura em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS = CC 3
- (85402) Licenciatura em EDUCAÇÃO FÍSICA = CC 4
- (57722) Tecnológico em GESTÃO DE TURISMO = CC 4
- (91907) Tecnológico em GESTÃO HOSPITALAR = CC 4
- (111510) Licenciatura em LETRAS - ESPANHOL E LITERATURA HISPÂNICA = CC 4
- (1152312) Licenciatura em MATEMÁTICA = CC 3
- (113557) Tecnológico em SANEAMENTO AMBIENTAL = CC 3

## \* A Distância

- (1427756) Licenciatura em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS = CC --
- (1175171) Licenciatura em LETRAS - ESPANHOL E LITERATURA HISPÂNICA = CC 4
- (1477654) Licenciatura em MATEMÁTICA = CC --

**1.9. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.**

No sistema e-MEC não constam Ocorrências de diligências pendentes.  
Entretanto, no Despacho Saneador desta Avaliação consta a seguinte observação:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
COORDENAÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
Brasília, 06/01/2016

Finalizadas as análises técnicas dos documentos apresentados pela Instituição interessada - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, conclui-se que o presente Processo atende satisfatoriamente as exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto n. 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 6.303/2007, e a Portaria MEC n. 40/2007.

## 1 - DADOS DO PROCESSO

-Vinculação com outros processos? Não.

## 2 - DADOS DA IES (3184).

- IGC -4 (2014) / CI -

- Credenciamento EAD por meio da Portaria do MEC nº 1369, de 07/12/2010, publicado no D.O.U. em 8/12/2010.

## 3 - DADOS DO ENDEREÇO

1 RR - Boa Vista - Pricumã - Avenida Glaycon de Paiva - 1039410 ( SEDE ) - Polo de Apoio Presencial, Unidade Administrativa / Reitoria, Polo do Sistema UAB

Em face do exposto, somos pelo prosseguimento do fluxo regular processual para visita in loco, em conformidade com a legislação pertinente.

Observação: Recomenda-se que a comissão de Avaliação verifique a documentação do imóvel tendo em vista não ter sido possível abrir ao arquivo inserido no sistema E.mec.

## 4- POLOS UAB DA INSTITUIÇÃO:

Na presente data conforme o cadastro E-Mec a IFRR, possui 13 polos de apoio presencial pertencentes ao Sistema UAB Conforme disposto no Decreto nº 5.800/2006 e formalizado na Portaria MEC nº 1.369, de 08/12/2010, os polos de apoio presencial, no âmbito do Sistema UAB, não estão ligados às IESs e sim ao Ministério da Educação, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), gestora do Sistema, com quem os entes federativos interessados em constituir polos UAB firmam acordos de cooperação técnica ou convênios.

COREAD- COORDENAÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

**1.10. Informar se há plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, protocolado na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).**

No Capítulo 10 do PDI (pág. 225 - 235) "ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA" apresenta sua política de garantia de acessibilidade.

Neste documento vale destacar "... as políticas de inclusão de PNEEs devem ser contempladas neste PDI com o desenvolvimentos de:

- \* Acessibilidade Atitudinal: prevenção e eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.
- \* Acessibilidade Arquitetônica: quebra de barreiras físicas e ambientais por meio da projeção de novas construções, as quais devem feitas em todos os ambientes da instituição e adequadas de acordo com a ABNT-NBR 9050 e o Desenho Universal.
- \* Acessibilidade Comunicacional: adequação de códigos e sinais, páginas Web da instituição, dispositivos auxiliares, folders e panfletos às necessidades do segmento PNEEs;
- \* Acessibilidade Metodológica: adequação de técnicas, teorias, abordagens e metodologias promissoras ao segmento PNEEs;
- \* Acessibilidade Instrumental: adaptação de materiais, aparelhos, equipamentos, utensílios e aquisição e desenvolvimento de tecnologias assistivas;
- \* Acessibilidade Programática: detecção e eliminação de barreiras invisíveis existentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.

Entretanto, o PDI 2014-2018, versão disponibilizada no sistema e-MEC, não consta um plano de garantia de acessibilidade com o cronograma de atividades de melhorias que visem garantir acesso aos alunos PNEEs.

In loco, a Comissão de Avaliação deverá requisitar e analisar tal documentação caso exista um plano de garantia de acessibilidade.

**1.11. Informar se a IES tem homologado o plano de cargos e carreira docente e dos técnicos-administrativos no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).**

Possui também quadro de pessoal próprio composto por servidores técnico-administrativos e docentes, sujeitos ao Regime Jurídico Único, Lei nº 8.112/90 e à Lei nº 7596, de 10.04.87, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino (PUCRCE).

De acordo com o PDI Capítulo 4. CORPO DOCENTE (pág. 165 - 176) destaca-se:

## 1. Plano de Carreira

Os docentes do IFRR fazem parte da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que é regulamentada pela Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, no qual consta o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.



**Dimensão 1: Análise preliminar**

A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é estruturada da seguinte forma:

\* Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

- Classe Titular 1 - Nível 1

- Classe D IV - Níveis 1, 2, 3 e 4

- Classe D III - Níveis 1, 2, 3 e 4

- Classe D II - Níveis 1 e 2

- Classe D I - Níveis 1 e 2

\* Cargo: Professor Titular-Livre

- Nível: Único

**1.1. Desenvolvimento na Carreira**

O desenvolvimento da carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma que dispõe o regulamento.

Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe; e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos no regulamento e observará, cumulativamente:

I – o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível;

II – aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e ainda as seguintes condições:

I – para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II – para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III – para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV – para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

I – de qualquer nível da Classe D I para o Nível 1 da Classe D II, pela apresentação de título de especialista;

II – de qualquer nível das Classes D I e D II para o Nível 1 da Classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico,

Técnico e Tecnológico em 1o de março de 2013 ou na data de publicação do regulamento, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

**2 Regime de Trabalho**

Conforme o regulamento da carreira, o professor do IFRR, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I – 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

II – tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1o Excepcionalmente, o IFRR poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2o O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta lei.

§ 3o Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem

dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1o, nas seguintes hipóteses:

I – ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos;

II – participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo Conselho Superior da instituição.

**3. Critérios de Seleção e Contratação**

O ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dá-se mediante aprovação em concurso público de provas objetiva, de desempenho didático e títulos.

**4. Requisito de Titulação para Ingresso na Carreira**

Para o ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação. E, para o ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, será exigido título de doutor e 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do respectivo título, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior do IFRR.

Os professores que não possuírem formação em licenciatura deverão realizar a complementação pedagógica nos termos do Art. 62 da Lei no 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e do Art. 40 da Resolução no 6, de 20/09/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

**5. Experiência Acadêmica no Magistério e Experiência Profissional não Acadêmica**

A experiência acadêmica no magistério do IFRR se dá por meio de sua atuação na execução de:

\* Cursos de formação inicial e continuada;

\* Cursos técnicos de nível médio;

\* Cursos de graduação (licenciaturas e tecnologias);

**Dimensão 1: Análise preliminar**

\* Cursos de pós-graduação.

A experiência profissional não acadêmica se dá por intermédio da participação em comissões institucionais que possam possibilitar ao docente o exercício de suas habilidades e competências profissionais.

De acordo com o PDI Capítulo 5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (pág. 177 - 180) destaca-se:

## 1. Plano de Carreira

Os servidores ocupantes dos cargos administrativos do IFRR fazem parte da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que é regulamentada pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme quadro abaixo:

NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO / NÍVEIS DE CAPACITAÇÃO

A / IV, III, II, I

B / IV, III, II, I

C / IV, III, II, I

D / IV, III, II, I

E / IV, III, II, I

## 2. Desenvolvimento na Carreira

O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, respectivamente.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses.

1.12. Calcular e inserir o Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD, conforme o item 4.9 da Nota Técnica Nº 16/2017/CGACGIES/DAES, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

D = 11

M = 29

E = 13

G = 0

T = 53

$$IQCD = ((5 \times D) + (3 \times M) + (2 \times E) + G) / (D + M + E + G)$$

$$IQCD = ((5 \times 11) + (3 \times 29) + (2 \times 13) + 0) / (11 + 29 + 13)$$

$$IQCD = ((55) + (87) + (26) + 0) / (53)$$

$$IQCD = ((168) / (53))$$

$$IQCD = 3,16$$

Sendo:

3 --> SATISFATÓRIO --> Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3

In loco foi constatado o seguinte cenário:

D = 50

M = 158

E = 73

G = 5

T = 286

$$IQCD = ((5 \times D) + (3 \times M) + (2 \times E) + G) / (D + M + E + G)$$

$$IQCD = ((5 \times 50) + (3 \times 158) + (2 \times 73) + 5) / (50 + 158 + 73 + 5)$$

$$IQCD = ((250) + (474) + (146) + 5) / (286)$$

$$IQCD = ((875) / (286))$$

$$IQCD = 3,06$$

1.13. Informar a quantidade de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

Doutores: 11

Mestres: 29

Especialistas: 13

Total Docentes: 53

In loco foi constatado o seguinte cenário:

Doutores: 50

Mestres: 158

Especialistas: 73

Graduados: 5

Total Docentes: 286

1.14. Informar a quantidade de tutores a distância, que atuam a partir da sede da IES, quando for o caso, indicando a relação da formação com o curso em que atuarão e experiência em EaD.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

In loco foi constatado o seguinte cenário:

Nome do Tutor Titulação do Docente "Status "Tipo Docente  
 ADALGISA DOS SANTOS FIGUEIRA Lic. CV TD  
 ANA MIRIAN DE SOUSA E SOUZA Esp. CV TP  
 ANTONIO CARLOS SOUSA SILVA Esp. CV TP  
 JOCIMAR DA SILVA SANTOS Esp. CV TP  
 LUIZ ROSA LOURENCO Esp. CV TP  
 LUZENIR NUNES DE SOUSA Esp. CV TP  
 PATRICIA VIEIRA DA SILVA Lic. CV TP  
 RONALDO DE OLIVEIRA SANTOS Lic. CV TD

TUTORES DO CURSO CIENCIAS BIOLÓGICAS  
 Nome do Tutor Titulação do Docente "Status "Tipo Docente  
 ALCIONE MENDONCA DO CASAL Lic. CV TP  
 CAROLINE DOS SANTOS VONTOBEL Esp. CV TD  
 FABIANA CARVALHO MARTINS Lic. CV TP  
 FRANCISCO LEANDRO SOUSA LIMA Lic. CV TP  
 LUCILEINE BASGAL Esp. CV TP  
 IGOR IVISON ALMEIDA FERREIRA Esp. CV TD

TUTORES DO CURSO LETRAS ESPANHOL  
 Nome do Tutor Titulação do Docente "Status "Tipo Docente  
 ALESSANDRA P. R. DOS PRAZERES Lic. CV TD  
 FRANCISCA T. EDUARDO RIBEIRO Lic. CV TD  
 HARISON ALENCAR RODRIGUES Lic. CV TP  
 JOICIVANIA DE SOUZA FEITOSA Lic. CV TP  
 NATALY NUNES FERREIRA Lic. CV TP

TUTORES DO CURSO PÓS DOCENCIA EM EDUCACAO FISICA ESCOLAR Nome do Tutor Titulação do Docente "Status "Tipo Docente  
 ALEXANDRE FELIX ARAGAO DA PAZ Esp. CV TP  
 GIOVANI C. DOS SANTOS PENA JUNIOR Lic. CV TD  
 JUCELY MARIANA OLIVEIRA DE SOUSA Esp. CV TD  
 RODRIGO VIANA BEZERRA Esp. CV TP

TUTORES DO CURSO PÓS DOCENCIA DA LÍNGUA ESPANHOLA Nome do Tutor Titulação do Docente "Status "Tipo Docente  
 ANA MARCIA SILVA SERRAO Esp. CV TP  
 CARLOS GUTEMBERG SILVA MENDES Esp. CV TD  
 PAULO GERMANO OLIVEIRA DE ASSIS Esp. CV TP  
 SOCORRO MARIA LOPES DOS SANTOS Esp. CV TP

TUTORES DO CURSO PÓS EDUCAÇ O: METODOS E TECNICAS DE ENSINO  
 Nome do Tutor Titulação do Docente "Status "Tipo Docente  
 ANTONIO DOS SANTOS GOMES Esp. CV TP  
 ELEDILSON MESTRE BRAGA Mes. CV TP  
 EVERALDO CARVALHO LÍMAO JUNIOR Esp. CV TP  
 FLAVIA FERREIRA DE SOUZA Esp. CV TD  
 JOSE RICHELMY SOUSA DE MOURA Esp. CV TP  
 MARIA DO S. S. DO NASCIMENTO 1 Esp. CV TD

**1.15. Informar a quantidade de tutores presenciais, que atuam nos polos EaD, quando for o caso, indicando a relação da formação com o curso em que atuarão e experiência em EaD.**

Os tutores presenciais foram contratados como bolsista CAPES, via edital, pertencente ao Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil, de acordo com informações coletadas na instituição. Foram contratados 21 (vinte e um) tutores presenciais para atuarem juntos aos alunos dos cursos nos Polos UAB: quatro especialistas e um licenciado para atuarem no curso de Matemática; três especialistas e um com formação em licenciatura para o curso de Ciências Biológicas; três licenciados para atuarem no curso de Letras Espanhol, dois especialistas para Pós-Docência em Educação Física Escolar, três com especialização para o curso Pós-Docência da Língua Espanhola, e para o curso de Pós- Educação: Métodos e Técnicas de Ensino contratou quatro, três com especialização e um com mestrado.

**1.16. Informar a quantidade de docentes e discentes estrangeiros na IES e as disciplinas ofertadas em língua estrangeira.**

Não apresentado no PDI. Também não indicado no formulário eletrônico. Esta informação deverá ser avaliada na visita IN LOCO. A Comissão de Avaliação, in loco, não evidenciou a oferta de disciplinas em língua estrangeira. Em relação aos discentes estrangeiros, houve relatos de casos no passado, mas que recentemente não haviam novas ocorrências.

**1.17. Descrever a política de atendimento para discentes estrangeiros.**

A Comissão de Avaliação constatou que a IES não possui uma política institucionalizada e publicizada de atendimento para discentes estrangeiros.

**1.18. Informar a existência de projetos e/ou ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.**

**Dimensão 1: Análise preliminar**

Tratado no item "2.6 Políticas de Extensão" - "A extensão no IFRR tem como princípio exercer um conjunto de atividades que promovam a articulação entre o saber fazer e a realidade da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural da região onde está inserido. "

Também no item "10.4 Educação Ambiental e Educação para a Pesca " podemos encontrar o texto "Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. O mundo está chegando num ponto cada vez mais crítico: o aumento do consumo e a exploração incontrolável de produtos e recursos naturais do planeta só aumenta, deixando em dúvida o futuro.

Para reverter essa situação, é preciso pensar na educação ambiental, frisando a sustentabilidade ambiental e o respectivo envolvimento de todos os setores da sociedade, a fim de proporcionar qualidade de vida, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as condições de vida das gerações futuras. "

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, são princípios e objetivos da Educação Ambiental:

- \* Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- \* Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- \* Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- \* Vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- \* Garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- \* Permanente avaliação crítica do processo educativo;
- \* Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- \* Reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

"O desenvolvimento sustentável deve estar aliado à educação ambiental. A família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural. A criança, desde cedo, deve aprender a cuidar da natureza. No seio familiar e na escola é que deve ser iniciada a conscientização do cuidado com o meio ambiente natural."

Relação encontrada no PDI que sugerem o tema do indicados.

#### 1.19. Informar a existência de programas de bolsas e financiamento estudantil e o número de beneficiados.

Pelas informações disponíveis no PDI da IES, pode-se constatar a existência de bolsas de iniciação científica (PIBIC e PIBID), extensão universitária, cultura, ensino, monitoria, além de auxílios de caráter inclusivo e social.

Não se aplica o financiamento estudantil por tratar-se de IES pública de caráter gratuito.

A Comissão verificou in loco o quantitativo de alunos beneficiados por bolsas na IES no Relatório de Gestão (Exercício 2018), perfazendo um total de bolsas do PIC&DTI, em 2017, de 378 (126 concedidas pelo CNPq e 252 concedidas pela UDESC); do PIBIC-EM, 10 (todas custeadas pelo CNPq).

Além disso, foram concedidas 68 bolsas da modalidade PROIP no PIPES, todas custeadas pela UDESC. Bolsistas de extensão em 2017: 426. Bolsas de monitoria no semestre 2017/2: 319.

**Dimensão 2: EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL****3,00**

2.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

1

**Justificativa para conceito 1:** Durante a visita in loco foram apresentados documentos intitulados Relatório de Gestão com informações importantes referentes as atividades desenvolvidas na instituição, correspondentes aos exercícios vigentes, em substituição ao Relato Institucional. As informações não possibilitaram realizar, com fidedignidade de dados, uma síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações, conforme determina a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 062/2014.

2.2. Processo de autoavaliação institucional.

4

**Justificativa para conceito 4:** A Comissão de Avaliação durante a visita in loco decidiu considerar os Relatórios de Autoavaliação referente ao triênio (2015-2017) e o primeiro Relatório Parcial referente ao ano de 2018-postado em março de 2019 para as devidas análises. Diante das leituras e reuniões com vários segmentos da instituição constatou-se que o processo atende às necessidades institucionais apresentando o resultado da pesquisa aplicado na educação presencial e a distância em todos os níveis (médio, superior e pós-graduação) para todos os segmentos da comunidade acadêmica considerando questões referentes aos cinco eixos preconizados na legislação. Pelos problemas de energia elétrica e dos serviços de Internet no estado os instrumentos foram aplicados fisicamente nos Polos de Educação a distância. O Relatório de Autoavaliação é citado no ciclo do planejamento estratégico da instituição, dentro do Relatório de Gestão, como documento importante para subsidiar a revisão do planejamento institucional. Os momentos de sensibilização são realizados em reuniões, visitas em salas, por meio eletrônico e cartazes que foram confirmados pela Comissão de Avaliação com os membros da CPA e CSA, com os discentes dos cursos presenciais e a distância. Quanto aos resultados, à Comissão entendeu que alguns setores não tinham conhecimentos dos resultados pontuados pelo Relatório e das ações realizadas pela Gestão a partir da demanda, por não conseguirem citar exemplos dessas ações.

2.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.

4

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 4:** O processo de Autoavaliação institucional é organizada pela CPA, comissão central, e pelas comissões setoriais CSA. As comissões são compostas pelos segmentos docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil (este só na comissão central) seguindo as determinações do Regimento aprovado pela Resolução nº203/Conselho Superior. Os membros foram eleitos por seus pares e nomeados por portarias publicizadas e não privilegiam a composição majoritária de algum segmento. Segundo informações constatadas no Formulário Eletrônico e na reunião com os segmentos da CPA e CSA, o instrumento aplicado foi elaborado por meio de discussões realizadas no âmbito da CPA Central, com sugestões da comunidade acadêmica. O instrumento contempla questões referentes aos cinco eixos (dez dimensões) conforme descrito na Lei de Sinaes. A aplicação do instrumento da Autoavaliação foi realizada por meio de preenchimento de formulário eletrônico ou impresso, utilizando a escala de avaliação "Excelente", "Bom", "Regular", "Ruim" e "Não se aplica", e foi aplicada em todos os campi, polos e em todos os níveis e segmentos da comunidade acadêmica. Na análise do Relatório Integral de Autoavaliação (2015-2017) não ficou evidenciado o índice de participação crescente dos segmentos nos processos de Autoavaliação. O processo avaliativo é realizado por período determinado e divulgado para a comunidade acadêmica.

2.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. 4

**Justificativa para conceito 4:** Os resultados dos Relatório Integral de Autoavaliação (2015-2017) e do primeiro Relatório Parcial referente ao ano de 2018 são divulgados no site da instituição, nos murais e nas reuniões na instituição, conforme relatos nas reuniões. Os resultados são analisados e sistematizados analiticamente pelas comissões (CPA e CSA) e apresentam considerações sobre os seus resultados apontando suas potencialidades e fragilidades. Os resultados das avaliações externas são divulgados pelas coordenações dos cursos nas reuniões de Colegiado, NDE e no site da instituição. Quanto a divulgação, a Comissão de Avaliação entendeu que alguns setores não tinham conhecimentos dos resultados pontuados pelo Relatório e das ações realizadas pela Gestão a partir dessa demanda, pois não conseguiram citar exemplos dessas ações.

2.5. Relatórios de autoavaliação. 2

**Justificativa para conceito 2:** Os Relatórios de Autoavaliação (parcial e integral) referente ao período (2015-2017) foram postados no dia 29/03/2018 não seguindo a previsão de postagem para cada ano do triênio, apesar do primeiro Relatório Parcial, referente ao ano de 2018, estar, de acordo com a previsão de postagem - 30/03/2019.

**Dimensão 3: EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL****5,00**

3.1. Missão, objetivos, metas e valores institucionais. 5

**Justificativa para conceito 5:** O PDI (2014-2018) do IFRR, apresenta (pág.18) o mapa estratégico que permite visualizar a interligação de sua Missão, da Visão de futuro, valores e seus objetivos estratégicos. Para cada objetivo estratégico é relacionado uma meta com a descrição e a dimensão atingida com uma tabela que permite relacionar os indicadores que serão analisados, a forma de cálculo, a descrição dos componentes, a frequência de medição, a fonte, o indicador recente e o indicador ao final do PDI 2014-2018. Permite, dessa forma, a visibilidade da interligação do alcance no trabalho desenvolvido na instituição e a relação com as políticas desenvolvidas. O PDI (pág. 66) reforça a Lei nº11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a preocupação de destacar a necessidade de um repensar pedagógico dadas as especificidades da conjuntura institucional. Reforça, ainda, que os projetos pedagógicos devem privilegiar, a fim de atingir seus objetivos, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como vetores do desenvolvimento institucional. Apresenta a concepção de ensino (pág. 68), concepção de ensino-aprendizagem (pág. 70) pautada nos quatro pilares: aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a ser e o conviver. Na (pág. 71) traz seis (6) itens para a reflexão sobre a importância da integração das concepções curriculares e do ensino aprendizagem da instituição que culminam em catorze diretrizes pedagógicas, norteadoras de suas políticas: Na sua política de ensino sua missão se concretiza (pág. 74) nas seguintes ofertas: na área da educação básica – curso de ensino médio integrado à formação profissional; na área da educação profissional – cursos de formação, atualização e qualificação nos três (3) níveis (formação inicial e continuada, formação técnica de nível médio e superior), além da prestação de serviços, assessorias e consultorias; na educação superior – cursos na área de formação de professores e cursos superiores de tecnologia e bacharelados; na área da extensão – atividades e campanhas de educação preventiva, realização de exames e outras ações na área da saúde, por meio do envolvimento direto dos estudantes em processo de formação. Exerce, também, outras formas de atendimento à comunidade na área esportiva, social e cultural; Na área da Pesquisa e Inovação Tecnológica – organização e implantação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica, com a finalidade de fomentar, buscar o apoio financeiro, orientar e coordenar as ações de pesquisas a serem desenvolvidas tanto por estudantes quanto por docentes, seja em função do desenvolvimento do ensino, seja no contexto de alguma ação específica; Na área da pós-graduação – organização e implantação de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. A política de extensão do IFRR é apresentada na pág. 115 como um processo educativo que integra a educação nos âmbitos cultural, social, científico e tecnológico. Para a sua concretização destaca oito ações e políticas que são planejadas e desenvolvidas pelas diretorias de extensão e coordenações de extensão de cada campus, que são coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão (pág.117) e regulamentadas pela Resolução n.º 386/Conselho Superior, de 31 de julho de 2018. No PDI 2014-2018 (pág. 118) são esclarecidas quais atividades são consideradas de extensão e estabelece cinco eixos que devem estar presentes em todas essas as ações. Essas ações foram traduzidas nos projetos envolvendo os imigrantes venezuelanos, os indígenas e aos estudantes egressos do ensino fundamental da rede pública, no projeto preparatório para ingresso nos cursos técnicos-PROFITEC, destacando, dessa forma, a responsabilidade social da instituição com a comunidade local. Essas atividades foram analisadas no relatório parcial da CPA - 2019 ref 2018 onde a comunidade acadêmica avaliou a efetividade das ações previstas no PDI, para área de ensino, pesquisa e extensão com um índice de satisfação positivo em todos os campi do IFRR. O relatório parcial da CPA - 2019 ref 2018 informa que no ano de 2018 foram desenvolvidas várias ações tanto para o ensino quanto para pesquisa e extensão, tais como: projetos integradores nos cursos Tecnólogos, nívelamento para os alunos ingressantes (Letramento em Libras, Matemática e Português), o fortalecimento de programas como: PBAEX, PIBICT, PIPAD, PIVICT.

3.2. PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação. Para faculdades e centros universitários, considerar a pós-graduação quando houver previsão no PDI. 5

## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 5:** De acordo com as análises realizadas no PDI (2014-2018), no Formulário Eletrônico e na visita in loco a Comissão de Avaliação constatou o alinhamento com a Política de Ensino observando a oferta dos cursos propostos de graduação: Letras - Espanhol e Literatura hispânica, Matemática licenciatura, Ciências Biológicas licenciatura na modalidade a distância, dos Cursos superior de tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, de Gestão e Turismo, de Gestão Hospitalar, de Saneamento Ambiental, e de licenciatura como Educação Física e Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, na modalidade presencial ofertados no Campus Boa Vista e Bacharel em Agronomia, Campus Novo Paraíso, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Campus Amajari atingindo os seus objetivos estratégicos atrelados com sua Missão institucional. Destaca, ainda, no seu PDI (pág. 79) a preocupação em atender às onze diretrizes gerais do MEC, e em cada curso superior adota as diretrizes específicas de acordo com a legislação vigente, além da Resolução 338/2017 que trata da organização didática da instituição. Nos cursos de licenciaturas, de acordo com o PDI (pág. 82-90), buscam considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional levando em consideração o currículo, a avaliação, a organização institucional e gestão da escola de formação com a educação básica onde atuarão como professores. Nos cursos de tecnologias PDI (pág. 89) a organização curricular contempla o desenvolvimento de competências profissionais, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional. As situações de aprendizagem previstas nos Planos Pedagógicos dos Cursos EAD foram apresentadas baseando-se no atendimento das demandas do arranjo produtivo local procurando estimular a participação ativa dos alunos na busca de soluções para os desafios encontrados. Como princípios norteadores das práticas pedagógicas no âmbito da Educação a Distância, o Formulário Eletrônico preenchido pela instituição, aponta para a condução das experiências didático-metodológica utilizando instrumentos diversos, a possibilidade do alcance ao material bibliográfico, ao acervo físico da biblioteca e virtual do campus, plataforma de conteúdo online que permite ao alunos e professores a consulta de inúmeras obras bibliográficas, postagens de material de aula para o aluno, como textos de apoio e exercícios; fóruns a partir de temas específicos das disciplinas e encontros presenciais com os professores condutores das disciplinas. No que se refere a oferta de pós-graduação lato sensu apresentam os cursos de Especialização em Educação Física, Especialização em Letras Espanhol, Especialização em Métodos Técnicas de Ensino, modalidade a distância visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, e de acordo com as áreas de atuação da IES. Na pós-graduação a instituição oferta dois (2) cursos stricto sensu em associação a instituições parceiras: (i) Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Roraima (UERR); e, (ii) Mestrado em Agroecologia – Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Embrapa. Recentemente, a instituição foi aprovada como polo ofertante do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) ofertado em rede nacional, com previsão de início em 2019, com a oferta de 22 vagas. Ao elaborar o seu plano de trabalho, quadrimestral, a Instituição detalha a maneira como irá traduzir o planejamento macro, em ações práticas nos campi. E para acompanhamento do cumprimento das ações, a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) em conjunto com suas Diretorias e Coordenações desenvolvem mecanismos para acompanhamento das políticas nos campi consolidados no Relatório de Gestão, exercício 2018. A política de ensino é fortalecida pelo acompanhamento da política de atendimento estudantil que adota programas de apoio que garantam a qualidade da formação e atendimento educacional especializado como NAPNE e o CAES estendida as modalidades presenciais e a distância, de acordo, com a demanda. Em reunião com os segmentos, a Comissão de Avaliação constatou atividades interdisciplinares desenvolvidas nos cursos de licenciaturas e por projetos integradores nos cursos Tecnólogos e a referência ao Programa Institucional de Fomento a Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras (INOVA) que estimula a promoção de práticas exitosas e inovadoras, tais como: Projeto Prontuário Eletrônico, Projeto Marcas da Memória - resgate histórico do IFRR, Projeto Startups - Eixo Saúde - Exposição no Shopping, Curso de Secretaria com a disciplina de Projetos (Projeto Secretariando com Alegria), gincana de conhecimento e cursos de secretariado (atendimento / currículos), desenvolvendo habilidades, oratória e Gestão de Turismo - Agência Virtual com teoria e prática sendo aplicada no EcoParque.

3.3. PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural. 5

**Justificativa para conceito 5:** De acordo com as leituras realizadas nos documentos apresentados e nas interações realizadas durante a visita, a Comissão de Avaliação observou que a pesquisa é uma prática recorrente na instituição e com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional nas áreas econômica, cultural, política e ambiental. Sua institucionalização ocorre pelas publicações de resoluções, como: Resolução nº 439/Conselho Superior que aprova o regulamento o programa institucional de iniciação científica e tecnológica na instituição, a Resolução nº 379/Conselho Superior que aprova o regulamento do programa de incentivo à pesquisa aplicada docente-PIPAD, a Resolução nº 223/Conselho Superior que aprova a política de inovação intelectual e transferência de tecnologia que regulamenta os direitos e as obrigações resultantes da instituição. Foram publicados editais para o PIBIC/CNPQ, PIBITI/CNPQ incentivando a participação de professores e estudantes nos editais que culminaram com quinze (15) bolsas de iniciação científica. No Formulário Eletrônico são apresentadas dez (10) diretrizes referentes à pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica que a instituição utiliza para apoiar os pesquisadores visando a solução de problemas sociais, e o desenvolvimento local e regional. Essas diretrizes são consagradas com a oferta de cursos de pós-graduação, lato sensu e stricto sensu com áreas de pesquisas transversais aos seus cursos. No mestrado em Educação, com área de concentração na Educação e Interculturalidade, e duas linhas de pesquisas de interesse para a instituição tais como: Formação, Trabalho Docente e Currículo, Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade. No Mestrado em Agroecologia, a área de concentração está relacionada a agroecologia com linhas de pesquisa na biodiversidade funcional em agroecossistemas amazônicos e Sistemas agroecológicos, gestão territorial e sustentabilidade na Amazônia. No que se refere ao desenvolvimento artístico e cultura a instituição fortalece sua relação com a comunidade, por meio de sua política de extensão com ações (oficinas) relacionadas ao desenvolvimento artístico e cultural disponibilizando o espaço conhecido como complexo de artes, espaço esportivo e piscina. Como evento, destaca a Semana de Empreendedorismo e Inovação. Na inovação tecnológica, apresenta a gestão da propriedade intelectual com o registro da patente do coletor de efluentes em profundidade com campo de aplicação para coleta em profundidade de efluentes hospitalares, industriais, águas de rios, pluviais e poços; e a lenha ecológica em formato de briquete de resina de Breu Protium Burman (Bursaceae) e resíduos orgânicos compreendido como uma solução ao setor de energia renovável. O mecanismo de publicização das suas ações se efetivam por meio de seus artigos finalizados ao final dos cursos, em eventos científicos, no livro, no site institucional e redes sociais.

3.4. PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e 5 da igualdade étnico-racial.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** O PDI-2014-2018 apresenta suas políticas (Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica e de atendimento aos estudantes) articuladas com suas propostas de "Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais", "desenvolver atividades institucionais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável" e "criar condições para atender às demandas das pessoas com necessidades específicas", também registradas no Formulário Eletrônico. Além dessas políticas ainda são apresentadas na página 225 do PDI 2014-2018 ações para o atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida que são atendidos pela equipe do NAPNE constituída por profissionais de medicina, odontologia, psicologia e pedagogia estendendo aos familiares, quando necessário; e o CAES por Pedagogas com formação em atendimentos especiais. Registrando ainda que na EaD são realizados empréstimos de notebook aos alunos dos polos mais distantes para realização de suas atividades em suas residências. Contempla ainda temáticas de inclusão a prestação de seus serviços à comunidade, considerando: Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Educação do Campo e Educação Indígena. Registra ainda em seu PDI 2014-2018 (pág. 73) em suas diretrizes pedagógicas respeitar os princípios da diversidade, equidade e multiculturalidade; reconhecer e fortalecer as identidades étnico-raciais e de gênero. No Formulário Eletrônico é citado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como as diretrizes para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para desenvolvimento de suas ações que culminou com a criação no NEABI DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI) DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA (RESOLUÇÃO N.º 432/CONSELHO SUPERIOR). Foram registradas atividades como a Mostra de Capoeira pelo Grupo Raízes do Brasil, com palestra e envio de estudantes e servidores do Campus Boa Vista; 3) I Semana Indígena do IFRR – NEABI – CBV foi realizada a "Mostra de Cultura Indígena: Intercâmbio de Saberes entre os Indígenas e os Estudantes e Servidores do Campus Boa Vista/IFRR". Criação do Núcleo que desenvolveu atividades com os povos Makuxi e Ingarikó, no município de Uiramutã (Região Serra do Sol e Região Ingarikó) e em Pacaraima (Região Surumu), de acordo com as informações no Formulário Eletrônico e pela coordenação. As ações afirmativas foram identificadas no restaurante do IFRR e do transporte escolar oferecidos aos estudantes de baixa renda e vulnerabilidade social que atendem transversalmente todos os seus cursos da instituição. A transmissão de suas atividades são realizadas pelo site da instituição, por publicações em murais e no envio de release para imprensa local, em publicações de artigos, participação de eventos, a exemplo da socialização das experiências realizadas pela instituição com os imigrantes venezuelanos no 46.º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da Universidade de São Paulo (USP).

3.5. PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social. Considerar as especificidades da sede e dos polos, quando houver.

5

**Justificativa para conceito 5:** De acordo com as informações do PDI, do Formulário Eletrônico, das documentações apresentadas e entrevistas realizadas, a Comissão de Avaliação observou que a Missão da instituição está articulada com seus objetivos relacionados às temáticas de desenvolvimento econômico e à responsabilidade social. Assim, são consideradas as melhorias da população com ofertas de cursos superiores de graduação na área da licenciatura e tecnologia com foco na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na modalidade presencial e a distância permitindo a ampliação de atendimento às pessoas de várias localidades, nos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu possibilitando avanços no campo científico e tecnológico com produção de pesquisa aplicada em projetos multi e interdisciplinares que favorecem a resolução de problemas da sociedade. Foram evidenciados vários cursos de extensão estendidos a comunidade, principalmente, a comunidade de Venezuelanos em várias vertentes tais como: Português para estrangeiros, ciclos de palestras sobre educação indígena, sobre estrangeiros, meio ambiente, oficinas de esporte (natação, dança, hidroginástica) e outros, totalizando mais de 50 projetos. Além da oferta de cursos em EaD como projeto de extensão: curso de formação continuada para conselheiros dos direitos das crianças e do adolescente e conselheiros tutelares na Amazônia Legal, Projeto Interdisciplinar de Letras Espanhol, Profitec- projeto preparatório para ingresso nos cursos técnicos, parcerias com o corpo de bombeiros militar de Roraima e academia de Polícia Integrada para a realização, certificação e homologação de quadro complementar, utilizando a plataforma de ambiente virtual do instituto com estímulo à pesquisa e à qualificação profissional na área de eficiência energética e geração distribuída. A exemplo de outros projetos foram citados no Formulário Eletrônico e comprovados in loco, considerados como ações reconhecidamente exitosas e inovadoras como o Depósito de Patente, processo INPI BR 20 2017 013939 0 que apresenta a Lenha Ecológica desenvolvida dentro do IFRR/Campus Novo Paraíso, a partir de edital de Fomento PROPESQ para soluções em Energias Renováveis. A tecnologia tem por objetivo contribuir para uso correto de resíduos sólidos do setor madeireiro do sul do estado, combinado com elementos amazônicos que proporcionem alto poder calorífico à lenha, gerando assim potencial comercial à solução; e Registro de Software, processo INPI BR 51 2018 000029-0, solução desenvolvida dentro do IFRR/ Campus Boa Vista e que certifica a instituição como detentora de produto computacional. O software ajudará tanto a instituição quanto poderá contribuir regionalmente no controle e automação das etapas de diversos cursos e concursos, trazendo ao Estado e aos usuários, maior comodidade referente ao uso desta tecnologia.

3.6. PDI e política institucional para a modalidade EaD.

5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** No PDI 2014-2018 (pág. 90-93) é apresentado a justificativa para oferta da educação a distância visando atendimentos de demandas específicas da comunidade local, com propostas de cursos de formação inicial, continuada e de pós-graduação. São ofertados no módulo introdutório de EaD e AVA, constante no PPC dos cursos, com o objetivo de estreitar o contato dos alunos com essa modalidade de ensino. Prevê ainda, a estrutura organizacional da diretoria de políticas de Educação a Distância (DIPEAD) responsável pelos Núcleo de Desenvolvimento e Suporte, Núcleo de Tecnologia Educacional; Núcleo de Sistema Tutorial; Núcleo Administrativo e Financeiro; Estúdio Videográfico para viabilizar a oferta do EAD instalados na Sede. Esses núcleos são responsáveis pelo alinhamento tecnológico, pela organização didático-pedagógica e pelo cumprimento das diretrizes nacionais e as básicas citadas no PDI 2014-2018 (pág.93). I – Ampliar o acesso dos habitantes de Boa Vista e demais localidades à educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades; II – Possibilitar estudos para a apropriação local de novas tecnologias na educação; III – Desenvolver programas em sintonia com as novas necessidades do mundo do trabalho, por meio de parcerias com instituições locais, regionais e nacionais; IV – Desenvolver estratégias de apoio ao ensino, utilizando recursos tecnológicos na modalidade a distância ou semipresencial; V – Criar ambientes de aprendizagem em EaD, visando ao desenvolvimento de projetos aprovados nos demais departamentos, gerências e coordenações; VI – Apoiar a elaboração de projetos em EaD, o desenvolvimento e a adaptação de material didático para Web, e o uso de multimídia na elaboração de material didático. Oferece os cursos de graduação em licenciatura: Letras - Espanhol e Literatura hispânica, Matemática e Ciências Biológicas; Cursos Superiores de Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, de Gestão e Turismo, de Gestão Hospitalar, de Saneamento Ambiental. No que se refere a oferta de pós-graduação apresentam os cursos de Especialização em Educação Física, Especialização em Letras Espanhol, Especialização em Métodos Técnicos de Ensino visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e de acordo com as áreas de atuação da instituição e atingindo os seus objetivos estratégicos atrelados com sua Missão institucional. Esses cursos são integrantes do Programa Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto 5.800/2006, e suas ofertas acontecem nos Polos aprovados na avaliação da CAPES. Consta ainda, no Formulário Eletrônico, a atualização da base legal para a modalidade da EaD citando os artigos 1º e 4º do Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, conferindo a instituição articulação com as diretrizes propostas. As disciplinas ofertadas totalmente a distância preveem avaliações presenciais, além de encontros presenciais com o professor condutor da disciplina em razão das dificuldades de energia elétrica e de serviços de Internet enfrentadas no estado de Roraima, considerando as condições reais da localidade de oferta. Atualmente não são produzidos materiais didáticos físicos para distribuição por razões financeiras, e sua distribuição ocorre apenas com os cadernos pedagógicos (livros) resultantes de ofertas anteriores. Os materiais pedagógicos (apostilas, links de vídeos, livros e pequenos vídeos) organizados pelos professores formadores são disponibilizados no ambiente de aprendizagem - Moodle e em alguns momentos são colocados em pendrive ou impressos para disponibilizar aos alunos em localidades de difícil acesso. No cursos de graduação com modalidade presencial não são utilizados os 20% a distância permitidos por lei.

3.7. Estudo para implantação de polos EaD. NSA quando não houver previsão de polos.

5

**Justificativa para conceito 5:** Conforme as Informações do Formulário Eletrônico, decretos federais e visita in loco evidenciou-se que o estudo para implantação de polos EAD considerou, especificamente, os critérios estabelecidos pelos programas de fomento do Programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), pois são polos de apoio presencial UAB de tutela da Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR). Geograficamente atingem um público (comunidade indígena e rural) comum a estados amazônicos, cercados por florestas e rios, estrada sem asfaltos e com pouca condições de tráfego, que não teriam acesso a educação. Os cursos, ofertados, também integrantes do Programa Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto 5.800/2006, acontecem nos Polos aprovados na avaliação da CAPES que são: Polo Normandia, Polo Pacaraina, Polo Rorainópolis, Polo São Luiz, Polo Boa Vista, Polo Cantá, Polo Iracema e Polo Mucajaí. Na oferta dos cursos foram levados em consideração, segundo relatos nas reuniões, os alunos egressos dos cursos ofertados na instituição, a demanda da comunidade estrangeira Venezuelanos, povos indígenas e a formação para professores da área tecnológica da própria instituição. Apresenta o mapeamento da evasão, caracterizada como baixa, tendo em vista, a realização do trabalho das coordenações e professores com o projeto intitulado Busca Ativa realizado nas comunidades indígenas e vicinais.

**Dimensão 4: EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS****4,33**

4.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

3



## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 3:** Por meio das entrevistas focais com docentes e coordenadores de cursos, foi possível verificar que os NDE's dos cursos do IFRR trabalham constantemente na discussão e implementação de ações-acadêmicas administrativas que preveem uma constante atualização dos componentes curriculares. Neste sentido, também averiguou-se na IES a existência de programas de monitoria em diversos campi da mesma (regulamentada pela Resolução Nº 351/CONSUP, de 28 de fevereiro de 2018, Regulamento do Programa de Monitoria do IFRR), tanto voluntária quanto remunerada, e ações de nivelamento por meio das coordenações de curso, atendendo a demanda de alunos oriundos dos diferentes cursos ofertados pela IES. A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é responsável pelas seguintes Ações e Programas: \* Ações - SIE: Ação Saberes Indígenas na Escola; - 20RJ: Projeto de apoio à capacitação e formação inicial de profissionais da Educação Básica no Estado de Roraima. \* Programas - Monitoria: Programa Institucional de Bolsas de Monitoria; - INOVA: Programa Institucional de Fomento ao Desenvolvimento de Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras; - LIFE: Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores; - PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência; - PARFOR: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. A Comissão de Avaliação averiguou ainda a existência de políticas de mobilidade acadêmica na IES, regulamentada pela Resolução Nº 157-CONSUP, de 10 de Junho de 2014. Dispõe sobre as Normas e Procedimentos da Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, para Estudantes de Cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores do IFRR, tanto para instituições nacionais quanto internacionais. Entretanto, a Comissão de Avaliação não identificou evidências, nem nos relatos do corpo discente nem em análise documental, de alunos que tenham realizado algum tipo de mobilidade acadêmica. Como ação reconhecidamente exitosa ou inovadoras, pode-se citar os programas institucionais: \* Residência Pedagógica: A Residência Pedagógica (RP), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é um programa concebido pelo Ministério da Educação (MEC) atendendo às atribuições legais da CAPES (Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) conferidas pela Lei Nº 8.405, a fim de implementar projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura em parceria com as redes públicas de educação básica e de acordo com as normas do Edital CAPES Nº 06/2018, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, da Lei 13.473 de 08 de agosto de 2017, do Decreto 8.752, de 09 de maio de 2016, Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015 da Portaria Capes nº 38 de 28 de fevereiro de 2018 e demais dispositivos aplicáveis à matéria; \* INOVA: O Programa Institucional de Fomento a Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (INOVA/IFRR), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), foi implementado na instituição em 2013, a fim de estimular e apoiar, por meio de projetos desenvolvidos nos cursos técnicos e de graduação, nas diferentes modalidades, práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade da educação. Os servidores que atuam no ensino técnico e/ou de graduação do IFRR são selecionados para participarem do programa por meio de edital específico, publicado a cada ano letivo, pela Pró-Reitoria de Ensino. Cada servidor que tem seu projeto selecionado recebe, exclusivamente para a sua execução, um auxílio financeiro. Conforme a Resolução nº350/2018/CONSUP, que regulamenta o programa, o INOVA/IFRR possui os seguintes objetivos geral: valorizar e fomentar o desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras pelos servidores, com vistas a aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem e favorecer o rendimento do estudante.

4.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu. NSA 4  
para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.

**Justificativa para conceito 4:** O IFRR, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica - PROPESQ, juntamente com os Campi vêm trabalhando em consonância com o PDI. Por essa perspectiva, o planejamento que vem sendo executado no exercício 2017/2018 contempla as seguintes ações: Em 2017 foram iniciados três cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade EaD com oferta de 420 vagas conforme quadro abaixo, além de um novo edital de 35 vagas para o curso Lato Sensu em "Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos", modalidade presencial. CURSOS OFERTADOS EM 2017 - POLOS - VAGAS Docência em Educação Física - Boa Vista - 60 Docência em Educação Física - Mucajaí - 30 Docência em Educação Física - Rorainópolis - 30 Docência em Língua Espanhola - Boa Vista - 60 Docência em Língua Espanhola - Pacaraima - 30 Docência em Língua Espanhola - Rorainópolis - 30 Educação: métodos e técnicas de ensino - Boa Vista - 60 Educação: métodos e técnicas de ensino - Mucajaí - 30 Educação: métodos e técnicas de ensino - Normandia - 30 Educação: métodos e técnicas de ensino - Pacaraima - 30 Educação: métodos e técnicas de ensino - Rorainópolis - 30 Total de vagas - 420 Os Planos de Curso de Pós-graduação em Docência em Educação Física; Docência em Língua Espanhola e, Educação: métodos e técnicas de ensino foram aprovados e apresentam as seguintes Resoluções: Nº 312, 311 e 310/CONSELHO SUPERIOR, de 03 de outubro de 2017. Além dos cursos em EaD, o Campus Boa Vista (CBV) teve 31 (trinta e uma) matrículas efetuadas (de 35 vagas ofertadas) no mês de dezembro de 2017 para o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, modalidade presencial, conforme a Resolução nº 320 - Conselho Superior, de 21/12/2017, tendo a aula inaugural ocorrida em 27/12/2017. Neste sentido, em 2017 entre os meses de novembro e dezembro foram ofertadas 455 vagas nos cursos de Pós-graduação Lato Sensu citados anteriormente, atendendo com isso uma grande demanda da região no que se refere a capacitação profissional/formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, além de proporcionar a verticalização do ensino no IFRR. Com base nas evidências documentais e relatos das reuniões com o corpo docente e coordenadores da graduação e pós-graduação, a Comissão de Avaliação, a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu com as áreas da graduação. Vale destacar a participação dos alunos da pós-graduação lato sensu na autoavaliação institucional, bem como avaliações de cada módulo/componente curricular dos aspectos de ensino e docência. No que se refere à titulação do corpo docente este é composto em consonância com a Resolução de nº 01 de 08 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece normas para funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de Especialização. Para os cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade EaD ofertados via UAB é exigência via edital de professores formadores somente com titulação de mestre ou doutor. Sendo assim, pode-se afirmar mais de 50% dos docentes que atuam na pós-graduação lato sensu são mestres ou doutores. Entretanto, vale destacar que a Comissão de Avaliação não evidenciou ações acadêmico-administrativas reconhecidamente exitosas ou inovadoras na pós-graduação lato sensu.

4.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu. NSA 3  
para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.

## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 3:** Atualmente o IFRR oferta vagas em três (3) cursos de Stricto Sensu: 1. Mestrado em Educação O Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Roraima (UERR) em associação ampla com o Instituto Federal de Roraima (IFRR) foi criado em 11/12/2013 e iniciou, efetivamente, suas atividades em janeiro de 2014, quando abriu o primeiro processo seletivo. O Mestrado acadêmico em Educação originou-se ante a necessidade de formar pesquisadores e professores não só da Educação básica, mas, também, do Ensino Superior no estado. Área de concentração: Educação e Interculturalidade Linhas de pesquisa: a) Formação, Trabalho Docente e Currículo b) Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade 2. Mestrado em Agroecologia O Mestrado em Agroecologia é ofertado em associação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Roraima (EMBRAPA/RR). O programa tem como objetivo máximo a formação de recursos humanos qualificados e com conhecimentos necessários para contribuir com o desenvolvimento e sustentabilidade local, regional e global. Nesse sentido, visa propiciar uma oportunidade de aprendizado e vivência em Agroecologia, através do ensino, pesquisa científica e ação participativa. Área de concentração: Agroecologia e Agroecossistema Linhas de pesquisa a) biodiversidade funcional em agroecossistemas amazônicos b) Sistemas agroecológicos, gestão territorial e sustentabilidade na Amazônia 3. Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Conforme evidências documentais e das reuniões com corpo docente, a Comissão de Avaliação afirma a existência de articulação dos cursos de pós-graduação stricto sensu com os cursos de graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica, bem como da atuação de professores dos programas de pós-graduação stricto sensu na graduação. Entretanto, nenhum dos programas de pós-graduação stricto sensu possui avaliação com conceito 5 pela CAPES.

4.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural. NSA para faculdades, exceto quando houver previsão no PDI. 5

**Justificativa para conceito 5:** A Propesq é a pró-reitoria responsável por definir as áreas estratégicas, políticas e programas a serem assumidos pelo IFRR no âmbito da pesquisa, pós-graduação e inovação, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, integradas ao ensino e à extensão. Junto com as demais pró-reitorias, a Propesq é a representante legal do IFRR perante os órgãos oficiais de educação e fomento, tais como: Forpog, Foprop, Inep, CNE, Capes, CNPq, Finep, Sisu/MEC e Setec/MEC. Gerida por um pró-reitor nomeado pelo reitor, ela é composta pela Diretoria de Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e pela Coordenação de Editoração e Divulgação Científica. Como Política institucional de pesquisa, o IFRR possui um Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRR nas modalidades Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica (PIVICT) voltados exclusivamente para iniciação científica a alunos; os Programas de Incentivo à Pesquisa Aplicada – Docente (PIPAD) e Editais de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Área de Energia Renovável que destinam-se exclusivamente aos docentes do quadro efetivo IFRR; além do edital anual para fomento ao desenvolvimento de pesquisa aplicada e de inovação por meio de Grupos de Pesquisa (GP), que tem como objetivo apoiar o fortalecimento e a consolidação dos GP do IFRR, por meio de fomento para o auxílio das atividades desenvolvidas por grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq buscando a promoção de publicação científica, desenvolvimento de produtos, processos e serviços tecnológicos. No que se refere às Políticas de Extensão, o IFRR tem por finalidade fomentar, estimular e apoiar atividades no âmbito das artes, da cultura, do esporte educacional e do lazer, como apoio ao desenvolvimento comunitário. A partir do Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), o IFRR faz a concessão (por meio de edital de seleção) de bolsas com vistas a incentivar a participação de estudantes na produção científico-cultural transferindo à comunidade o conhecimento gerado e instalado no interior da instituição. No Relatório de Gestão (Exercício 2018, pág. 47), a IES apresenta os indicadores da dimensão Extensão: foram lançados editais de fomento à pesquisa (Iniciação Científica e Pesquisa Aplicada), contemplando 41 servidores (coordenadores ou orientadores) e 53 estudantes em projetos de pesquisa. Esses editais juntos disponibilizaram o total de R\$ 203.400,00 para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e R\$ 134.400,00 para fomentar as bolsas de iniciação científica e tecnológica. Além disso, por meio das chamadas CNPq N° 02/2018 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e CNPq N° 03/2018 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), obteve-se o total de 15 cotas de bolsas, sendo 5 bolsas para o PIBITI e 10 bolsas para o PIBIC. Com relação aos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), por meio de edital, financiou-se 03 projetos de potencial para Inovação desenvolvidos por grupos de pesquisa institucionais certificados, que podem gerar produtos e/ou processos passíveis de proteção intelectual e inovações. No que concerne à gestão da Propriedade Intelectual gerada no IFRR, ao longo de 2018 foram depositados junto ao INPI 02 pedidos de patente de modelo de utilidade (BR 20 2018 009448 9 e BR 20 2018 009876 0) e 01 registro de software (512018000029-0). Quanto às ações de promoção do empreendedorismo, destacamos a realização de oficinas de educação empreendedora nas unidades do IFRR, com a participação de servidores e estudantes. Além disso, foi realizado a Semana do Empreendedorismo e Inovação (SEMEI), na qual foram apresentadas as tecnologias geradas de pesquisas desenvolvidas, bem como espaço para 34 horas de capacitação e o envolvimento de 427 participantes. Assim, a Comissão de Avaliação considerou como práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras a existência de Editais de Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Área de Energia Renovável, publicados desde 2015, o qual visa incentivar a criação de uma rede de produção de energias alternativas renováveis, que atualmente tem se apresentado como uma necessidade indiscutível para o desenvolvimento sustentável, superando barreiras e criando mecanismos de incentivo que contribuam para a utilização das fontes renováveis de energia de maneira diversificada e sustentável, além de valorizar as potencialidades regionais, o desenvolvimento tecnológico e possível geração de empregos.

4.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

5

## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 5:** Conforme o PDI 2014-2018, a Extensão no IFRR tem como princípio exercer um conjunto de atividades que promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural da região onde está inserido. Ainda tem como princípios: a contextualização, a flexibilidade e a interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico das ações/atividades e das ciências e tecnologias a elas vinculadas. Essa concretização se efetiva por intermédio das seguintes ações e políticas: - Aproximação do IFRR com a sociedade via parcerias com a comunidade externa; - Contribuição para a elaboração e execução de políticas públicas de inclusão social, como um processo que articula o ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão organizando e assessorando os programas de extensão tais como: o Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão- PBAEX que visa valorização do discente, com fortalecimento da vivência acadêmica e o desenvolvimento e disseminação de ações que contribuam para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade de vida da comunidade do Estado de Roraima; -Com o desenvolvimento de cursos através do Programa Mulheres Mil, que tem como objetivo cumprir as bases de uma política social de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com acesso à Educação Profissional, com estímulo ao emprego e renda; - Ainda, com o desenvolvimento de Projetos como: o IF Comunidade que visa disponibilizar os serviços oferecidos pelos Campi; bem como a ampliação e renovação de convênios, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria. As ações acadêmico-administrativas para a extensão são regidas pelos seguintes regulamentos: \* Resolução nº 292 - Conselho Superior, de 05/05/2017 - Aprova o Regulamento Geral para realização de Estágio Curricular Supervisionado dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR; \* Resolução nº 246 - Conselho Superior, de 04/02/2016 - Aprova o Regulamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR; \* Resolução nº 194 - Conselho Superior, de 02/03/2015 - Aprova ad referendum do Conselho Superior, o Regulamento do Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão - PBAEX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR; \* Resolução nº 386 - Conselho Superior, de 31/07/2018 - Aprova o Regulamento Interno das Atividades e Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR; \* Resolução nº 418 - Conselho Superior, de 18/12/2018 - Aprova as normas para realização de parcerias entre IFRR e Instituições Públicas ou Privadas sem fins lucrativos; \* Resolução nº 139 - Conselho superior, de 10/09/2013 - Aprova o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR; \* Os Caminhos da Extensão no IFRR - Este documento foi elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-IFRR), com a finalidade de servir como subsídio aos campi na compreensão sobre os fundamentos e bases legais para o planejamento e execução das atividades de extensão no âmbito do IFRR. Por meio dessa iniciativa, visa o entendimento e a compreensão de sentidos, sobre a política de extensão, seus objetivos e finalidades, facilitando o acesso e manuseio dos mesmos por parte da comunidade acadêmica. No Relatório de Gestão (Exercício 2018, pág. 50), a IES apresenta os indicadores da dimensão Extensão, referentes ao objetivo estratégico "Desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos, sociais e culturais". Vale ressaltar o aumento na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) pelo IFRR, que em 2018 cresceu mais de 166%, quando comparado ao exercício anterior. Vale destacar o evento Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica (Forint), realizado a sétima edição do evento em 2018, como tema central "IFRR 25 anos: desenvolvimento tecnológico e transformação social". O evento contou com mais de 700 participantes e durante o evento foram apresentados 151 trabalhos em forma de pôster, resultado de projetos desenvolvidos por estudantes dos programas institucionais: Pibict, Pivict, PBAEX, Pipad, Inova e Energia Renovável. As bolsas PBAEX são divulgadas e publicizadas via editais, tal como o Edital N.º 001/2019/PROEX/REITORIA/IFRR, que estabelece as normas para a concessão de bolsas do programa institucional de bolsa acadêmica de extensão (PBAEX/IFRR), aprovado pela Resolução CONSUP/IFRR n.º 194/2015, para discentes dos cursos presenciais, de nível técnico e superior, no exercício 2019. Em 2018 foram contempladas 10 alunos do ensino superior beneficiados com bolsas PBAEX para atuar em projetos de extensão. A Comissão de Avaliação considerou como práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras a oferta de Oficinas de Línguas Portuguesas a Imigrantes, bem como Curso de Extensão de Português para Estrangeiros. Além disso, a existência do Complexo de Artes e do Complexo Esportivo, os quais atendem além dos alunos e servidores, a comunidade externa com oficinas, cursos e projetos de extensão.

4.6. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.

5

**Justificativa para conceito 5:** As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente estão previstas nas políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica, estabelecidas no PDI (2014-2018), e têm sido efetivadas, especialmente, a partir da criação e consolidação dos periódicos institucionais e da publicação de obras bibliográficas de autoria de servidores do IFRR. A respeito dos periódicos institucionais, o IFRR conta, atualmente, com 2 (dois) deles (<https://periodicos.ifrr.edu.br/>): a Revista Norte Científico e os Anais do Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, ambos disponíveis, com acesso aberto, no Portal de Periódicos Científicos do IFRR. A Revista Norte Científico (e-ISSN 2236-2940) é um periódico técnico-científico eletrônico, de periodicidade anual, criado no ano de 2006 e que tem por finalidade publicar trabalhos inéditos sobre temas relevantes nas diversas áreas do conhecimento. Estão habilitados à publicação de trabalhos, na revista, docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação e bolsistas de programas de ensino, pesquisa e extensão do IFRR, além de pesquisadores desta e de outras instituições (nacionais e internacionais). Em 2015, a revista obteve, na atualização do Qualis Periódicos, a classificação Qualis B5 em Sociologia. Já os Anais do Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR (e-ISSN 2447-1208) consistem numa publicação eletrônica dos trabalhos apresentados nas edições do Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica (FORINT) do IFRR. Tais trabalhos, em sua maioria, são de autoria de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos do IFRR e provenientes de programas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Sua periodicidade também é anual. Quanto à publicação de obras bibliográficas, enfatiza-se a produção do e-book (livro eletrônico) "Destino Roraima: olhares sobre a gestão do turismo", publicado em 2018. Tal e-book, organizado por docentes do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis, conterà artigos científicos e resumos de autoria de egressos e docentes do referido curso. Vale destacar que a Comissão de Avaliação em reunião in loco com o corpo docente, evidenciou relatos da participação de professores na difusão de sua produção acadêmica, bem como a participação de docentes em eventos de âmbito nacional e internacional, incluindo casos com apoio de subsídios para diárias e passagens.

4.7. Política institucional de acompanhamento dos egressos.

3

## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 3:** A Política de Egressos do IFRR foi formalizada por meio da Resolução n.º 246 do Consup (Conselho Superior), de 4 de janeiro de 2016. Conforme PDI 2014-2018 (pág. 79), Seção Ensino de Graduação, "IX – Desenvolvimento de avaliação e acompanhamento do egresso, relativo à trajetória socioprofissional e educacional." Seção Cursos Superiores de Tecnologia (pág. 87) "VIII – Desenvolvimento de avaliação e acompanhamento do egresso, relativo à trajetória socioprofissional e educacional;" Seção Políticas de Extensão (pág. 118) "Acompanhamento de egressos: conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão". Seção Acompanhamento dos Egressos (pág. 191-193 que descreve os objetivos das políticas estudantis de acompanhamento dos egressos. O Portal de Egressos (<http://www.ifrr.edu.br/egressos>) tem o objetivo de divulgar e apoiar a Política de Acompanhamento de Egressos do IFRR, em busca de fomentar, orientar e disciplinar o processo de aproximação entre os campi e seus egressos, por meio do planejamento e da execução de ações de extensão de forma articulada com o ensino e a pesquisa, podendo ser de cunho educativo, técnico, científico, tecnológico ou artístico-cultural. Por meio do Portal os egressos podem fornecer dados sobre seu curso, sua formação e empregabilidade. A IES também promove eventos que envolvem os egressos, como por exemplo, o Encontro de Egressos do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Roraima (CBV-IFRR) com o tema "Empreendendo sonhos e compartilhando sucessos". O evento ocorreu entre os dias 8 a 10 de novembro de 2018, no auditório do campus Boa Vista. Vale destacar também o reingresso de alunos egressos na verticalização da sua formação, tendo cursos de pós-graduação formados com 95% dos alunos são egressos do curso de graduação em Educação Física, assim como 100% dos tutores do curso de graduação em Educação Física a distância também são alunos egressos do IFRR. Apesar destes bons indicadores, a Comissão de Avaliação não identificou evidências de ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho oriundas do trabalho desenvolvido junto ao acompanhamento dos egressos.

4.8. Política institucional para internacionalização. NSA quando não houver previsão no PDI.

5

**Justificativa para conceito 5:** De acordo com o texto dado pelo PDI (pág. 201) e pelas definições de nosso Regimento Geral, à Seção III e respectivos parágrafos, a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) é o "órgão de assessoramento responsável pela definição, planejamento, execução, acompanhamento, registro e avaliação das ações de mobilidade acadêmica e estudantil do IFRR no âmbito internacional". Conforme os Artigos 47 e 48 do referido Regimento, compete à ARINTER: I) centralizar e distribuir informações sobre assuntos internacionais referentes à Instituição; II) promover, em conjunto com os diversos setores do IFRR, ações de parceria, convênios e intercâmbios internacionais com instituições de ensino, governos e órgãos não governamentais; III) divulgar informações sobre convênios, intercâmbios, cursos, estágios, bolsas de estudos e programas de instituições governamentais e não governamentais estrangeiras, que sejam do interesse do IFRR; IV) viabilizar condições para aprofundar as relações internacionais da instituição; V) proporcionar apoio ao intercâmbio internacional no âmbito da Instituição; VI) estabelecer vínculo com unidades de assessoria internacional de outras instituições de ensino e pesquisa; VII) desenvolver ações, em parceria com órgãos governamentais e iniciativa privada, que fortaleçam o processo de internacionalização da instituição; e VIII) assessorar a consolidação de Setores de Relações Internacionais nos Campi do IFRR. De forma a regulamentar parte dessas ações, a ARINTER conta com o amparo das seguintes normativas: - Resolução 104, de 08 de outubro de 2012, que aprova o regulamento geral para afastamento de servidores do IFRR para missões oficiais ou estudos no exterior; - Resolução 157, de 10 de junho de 2014, que dispõe sobre as normas e procedimentos da mobilidade acadêmica nacional e internacional para estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRR; e - Resolução 298, de 28 de julho de 2017, que aprova o regulamento da política de capacitação dos servidores da Instituição. A divulgação e publicização dos intercâmbios ocorrem por edital com chamada interna aos docentes e discentes. Como por exemplo a Chamada Interna 001/2018/MEC/IFRR/ARINTER que foi publicada, tornando pública a seleção de um estudante do Instituto Federal Roraima (IFRR) para participação no Acampamento de Jovens Líderes por ocasião do Congresso da Federação Mundial de Coléges e Institutos Politécnicos (WFCP). O evento ocorreu na Austrália, de 7 a 11 de outubro de 2018. Em reunião in loco com os corpos discentes e docentes, foram relatadas evidências da participação de discentes e docentes em atividades de intercâmbio ou mobilidade acadêmica. A exemplo do estudante do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Roraima (CBV-IFRR), selecionado em 2017 na chamada pública (exclusiva para representantes dos Institutos Federais da Região Norte) do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em parceria com o Colleges and Institutes Canadá (CICan). Outro exemplo é o intercâmbio de docentes, com exemplo do Intercâmbio dos de Educação Física sem Fronteiras, da Federação Internacional da Educação Física (Fiep-Brasil-G2), realizado no Campus Boa Vista do Instituto Federal de Roraima (IFRR) em 2017.

4.9. Comunicação da IES com a comunidade externa.

4

**Justificativa para conceito 4:** O IFRR possui a Assessoria de Comunicação vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional que é responsável pela definição, planejamento execução, acompanhamento, registro e avaliação dos processos relacionados às políticas de comunicação do IFRR. Nesse sentido, a IES visa promover a comunicação externa, dispõe de setores de comunicação, de forma descentralizada, em cinco das seis unidades: a Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional, na Reitoria, subordinada diretamente ao gabinete da reitora, e as Coordenações de Comunicação Social, nos campi, subordinadas às direções-gerais das unidades. Os principais meios de divulgação das informações institucionais para o público externo são o portal institucional ([www.ifrr.edu.br](http://www.ifrr.edu.br)), onde são publicadas informações sobre cursos, notícias, editais, documentos, contatos institucionais, entre outras; releases para imprensa; mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube); eventos; entrevistas pelos gestores à imprensa; e peças gráficas (digitais e impressas). A IES possui mecanismos de transparência institucional, no site da IES possui no Menu Acesso a Informação (<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao>) com link para o serviço de ouvidoria e outras informações institucionais. O IFRR recebe pedidos de informação, elogios, críticas e reclamações pelo site da Ouvidoria via e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), e as demandas são encaminhadas por e-mail à ouvidoria institucional redirecionadas pelo próprio sistema. O e-OUV é um sistema de ouvidorias online desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União para recebimento, análise e resposta das manifestações de ouvidoria. No exercício de 2018, tivemos 32 demandas recebidas pelo e-OUV, distribuídas em denúncias, reclamações e solicitações. Além disso, Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 2018 houve 84 pedidos, com tempo médio de resposta de 8,48 dias. Nenhum pedido foi respondido fora do prazo, o que demonstra eficiência e compromisso do IFRR para com a sociedade, no sentido de dar transparência e celeridade às suas ações. Não houve nenhuma negativa de acesso e todos os solicitantes eram pessoa física. A IES promove a divulgação e publicização da comunidade acadêmica no acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, o qual é responsabilidade da ASCOM e CCS sua divulgação transversalmente nos departamentos da IES de demais áreas de comunicação externa. Vale destacar que a Comissão de Avaliação não identificou evidências de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras na comunicação da IES com sua comunidade externa.

4.10. Comunicação da IES com a comunidade interna.

5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** A comunicação com o público interno do IFRR tem como objetivo principal promover a transparência institucional, por meio de canais diversificados, favorecendo o acesso de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Os setores de comunicação produzem e gerenciam notícias, realizam registro fotográfico, elaboram folders e outros materiais gráficos, fazem a revisão dos textos, dão apoio cerimônias, entre outros serviços. As principais ferramentas e/ou suportes de comunicação são o portal institucional ([www.ifrr.edu.br](http://www.ifrr.edu.br)), o e-mail institucional, o SUAP (plataforma que, entre outras funções, dá acesso às notícias e ao clipping), murais físicos, reuniões de trabalho, grupos de WhatsApp, eventos internos e as mídias sociais: Facebook, Instagram, Twitter, Youtube. A IES promove a divulgação e publicização da comunidade acadêmica no acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, o qual é responsabilidade da ASCOM e CCS sua divulgação nos departamentos da IES de aos discentes. A IES possui mecanismos de transparência institucional, no site da IES possui no Menu Acesso a Informação (<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao>) com link para o serviço de ouvidoria e outras informações institucionais. O IFRR recebe pedidos de informação, elogios, críticas e reclamações pelo site da Ouvidoria via e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal), e as demandas são encaminhadas por e-mail à ouvidoria institucional redirecionadas pelo próprio sistema. O e-OUV é um sistema de ouvidorias online desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União para recebimento, análise e resposta das manifestações de ouvidoria. No exercício de 2018, tivemos 32 demandas recebidas pelo e-OUV, distribuídas em denúncias, reclamações e solicitações. Além disso, Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 2018 houve 84 pedidos, com tempo médio de resposta de 8,48 dias. Nenhum pedido foi respondido fora do prazo, o que demonstra eficiência e compromisso do IFRR para com a sociedade, no sentido de dar transparência e celeridade às suas ações. Não houve nenhuma negativa de acesso e todos os solicitantes eram pessoa física. A Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional (ASCOM), na Reitoria, e as Coordenações de Comunicação Social (CCS), nos campi, empenham-se para que o público interno esteja bem informado, fomente sua manifestação e para que ocorra a conquista da confiabilidade na gestão do IFRR, pois esse público é que constrói a imagem institucional gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

4.11. Política de atendimento aos discentes.

5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** O IFRR possui diversos Programas de Assistência (<http://boavista.ifrr.edu.br/assistencia>) aos estudantes, os quais promovem ações que incentivam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição. As Políticas de Assistência Estudantil do IFRR é regulamentado pela Resolução Nº 205-CONSELHO SUPERIOR, de 5 de maio de 2015. As linhas de ações ofertadas para atendimento do discente são de: I – Auxílio alimentação; II – Auxílio moradia; III – Auxílio transporte; IV – Atenção à saúde biopsicossocial. Este, ofertará serviços, dependendo da disponibilidade do quadro de pessoal do cargo de profissional de saúde, em cada campus, de atendimento médico, de enfermagem, odontológico e psicológico-educacional; V- Acompanhamento pedagógico; VI – Auxílio material escolar e, VII – Apoio à participação estudantil em eventos. Este para atender estudantes em atividades extracurriculares que envolvam participação e representação do IFRR em congressos nacionais/internacionais, seminários, eventos educacionais de ensino, pesquisa e extensão. O PDI 2014-2018 (pág.187-) Capítulo 6 (Corpo Estudantil) apresenta: \* 6.2 Políticas de Atendimento aos Estudantes Destaque para as políticas de monitoria, nivelamento e acolhimento exercidas pelos alunos em cooperação com as coordenações de curso. Em reuniões in loco com os corpos docentes e discentes foram relatados casos de monitoria e nivelamento ofertados aos discentes tanto dos cursos de graduação presenciais quanto a distância. As monitorias são publicizadas via editais, a exemplo do Edital Nº 006/2019/MONITORIA/PROEN/IFRR, o qual estabelece as normas de seleção de estudantes para preenchimento de vagas do Programa Institucional de Monitoria do IFRR – para o período letivo 201901. \* 6.2 Formas de Acesso O ingresso nos cursos superiores do IFRR far-se-á mediante a realização de: Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), uma das formas democráticas de acesso ao ensino superior e de inclusão social; Processo seletivo vestibular. \* 6.3 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro O IFRR atua dentro de uma política de atendimento integral ao seu corpo estudantil, o que inclui atenção prioritária às suas necessidades de atendimento pedagógico. Não se desenvolve um processo de aprendizagem, sem que o docente esteja atento às dificuldades e peculiaridades apresentadas pelos estudantes. Isso implica um compromisso de atenção cotidiana ao que se passa na sala de aula e em outros ambientes acadêmicos, tendo como base um clima de diálogo e a preocupação em desenvolver autonomia e autoconfiança nos estudantes, preparando-os para um mundo em constante mutação, que exige coragem para enfrentar problemas e para propor soluções criativas. Nesse sentido, o IFRR desenvolve os seguintes programas: a) Programa de Assistência Estudantil em todos os câmpus, considerando as linhas de ações elencadas na Resolução nº066; b) Programa próprio de Moradia Estudantil nos câmpus agrícolas, sem excluir a possibilidade de viabilizar e garantir o auxílio-moradia aos câmpus não agrícolas; c) Programa próprio de Auxílio Financeiro para atender estudantes em atividades extracurriculares que envolvam participação e representação do IFRR em congressos nacionais/internacionais, seminários, eventos educacionais de ensino, pesquisa e extensão; d) Programa próprio de Mobilidade Acadêmica em todos os câmpus para atender alunos, considerando sua habilidade técnica e desempenho acadêmico; e) Programa de Ação Solidária a fim de permitir a inserção dos estudantes em atividades extracurriculares, nas diversas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, com ações sociais e ambientais em prol da comunidade do entorno dos câmpus. \* 6.4 Atendimento à Saúde do Estudante O IFRR oferecerá aos estudantes, de acordo com a disponibilidade no quadro de pessoal do cargo de profissional de saúde, em cada câmpus, os serviços de atendimento médico, de enfermagem, odontológico e psicológico-educacional. Neste programa, vale destacar o Coordenação de Assistência ao Estudante (CAES), o qual é responsável pelo planejamento e execução da Política de Assistência Estudantil no Campus Boa Vista. Sua equipe multidisciplinar executa ações voltadas às necessidades dos discentes regularmente matriculados, ampliando as condições de permanência e êxito no percurso formativo, de maneira a contribuir para o seu desenvolvimento integral. \* 6.5 Auxílio-Transporte O IFRR manterá seu programa de auxílio-transporte com qualidade e regularidade, para atender os estudantes carentes, em consonância com a legislação em vigor. Vale destacar a importância do auxílio-transporte face à deficiência do transporte público municipal, o qual contribui com os índices de evasão dos cursos, uma vez que muitas localidades são de difícil acesso. Em 2018, conforme Relatório de Gestão foram investidos R\$ 1.885.477,79 neste programa. \* 6.6 Estímulo à Permanência As ações de estímulo à permanência do estudante na instituição, com vistas a uma plena convivência acadêmica e à conclusão do curso. Programa Bolsa Permanência tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É uma concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior promovido pelo MEC, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 2018, foram atendidos 550 bolsas com um investimento de R\$495.000,00. \* 6.8 Acompanhamento dos Egressos O IFRR tem como meta desenvolver um sistema de acompanhamento de egressos por meio da interlocução com os setores responsáveis pelas relações interinstitucionais. A IES, por meio da DIREX, coordena as ações de acompanhamento dos egressos, identificando, por meio do portal de egressos, suas dificuldades e coletando informações do mundo do trabalho, tendo em vista formar profissionais cada vez mais capacitados para interpretar e atuar com competência na realidade produtiva. Conforme o Relatório de Gestão (Exercício 2018), o programa de Auxílio Alimentação investiu R\$ 1.574.945,52. Atualmente, o IFRR oferece X almoços e X jantares aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O índice geral alcançado de permanência em relação aos estudantes atendidos pela assistência estudantil no IFRR é obtida por meio do indicador institucional de assistência estudantil. Em 2018 foi de aproximadamente 98%, superando à meta planejada, que era de 95%. Em relação aos processos de Estágio, a coordenação de cada curso EaD, em total sintonia com o setor responsável, realiza o planejamento, a orientação e o acompanhamento da execução seguindo todos os fluxos pedagógico-administrativos estipulados. A intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados é realizada pela Diretoria de Extensão (DIREX) de cada campus. Assim, a Comissão de Avaliação entende que o IFRR possui uma ampla política de atendimento aos discentes, a qual contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição. Além disso, a Comissão considerou como ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras o programa Coordenação de Assistência ao Estudante (CAES), o qual presta serviço de saúde ambulatorial, odontológica, psicológica e serviço social aos alunos.

4.12. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação).

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** As políticas institucionais e ações de estímulo para discente na participação em eventos e no apoio à produção acadêmica discente são regulamentadas no Programa de Assistência Estudantil, conforme estabelece o Decreto Nº 7.234/10 e a Resolução Nº205/CONSELHO SUPERIOR, de 5 de maio de 2015. "Art. 36 O apoio à participação estudantil em eventos visa à concessão de auxílio financeiro a fim de propiciar a participação dos estudantes em eventos educativos, tais como cursos, congressos, seminários, micro estágios e similares." As políticas para as ações de estímulo aos discentes, incluindo os discentes da Educação a Distância, se caracterizam pelo apoio a participação em diversos eventos institucionais, sejam regionais, nacionais e internacionais. Estímulos estes, que culminam com a disseminação do conhecimento adquirido em eventos organizados pela própria IES, dentre eles destacam-se: \* Mostra Pedagógica da EaD: evento do calendário anual do Departamento de Educação a Distância que objetiva discutir e analisar, junto à comunidade acadêmica, os princípios políticos pedagógicos que norteiam as diretrizes para a Educação na Modalidade a Distância, dando visibilidade às ações desenvolvidas por alunos e professores na busca pelo desenvolvimento sócio-político e educacional; \* Encontro de Professores e Acadêmicos de Língua Espanhola: evento do calendário das coordenações do Curso Letras Espanhol que tem como objetivo proporcionar um espaço de socialização de teorias e produções acadêmico-científico-culturais, em que se compartilham reflexões sobre os novos desafios da área educacional em uma relação recíproca entre a formação de professores e a docência da Língua Espanhola como língua estrangeira; \* Día de los Muertos; \* Semana da Matemática: iniciativa que abre espaço para apresentação de trabalhos e debates ante os desafios que se apresentam nos processos de formação docente nesta área; \* Semana da Biologia: que visa oportunizar a discussão acerca das contribuições da educação para a promoção da sustentabilidade. A cada ano o IFRR promove o Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR que visa, sobretudo, reafirmar a missão institucional de promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, por meio da oportunidade de compartilhar conhecimentos em atividades como palestras, mesas redondas, oficinas, apresentação de trabalhos em formato de pôster, exposições tecnológicas e apresentações culturais. O Fórum é um evento institucional realizado de forma conjunta, por todos os Campi e, que culmina na apresentação científica de todos os trabalhos realizados pelos discentes do IFRR vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica- PIBICT e que gera ao término da referida ação publicações em Anais do Evento. No ano de 2017 o Fórum foi realizado nos dias 28 e 29 de novembro, no Campus Amajari e teve como temática "Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional Sustentável". Já em 2018 o Fórum foi realizado nos dias 21 e 22 de novembro, no Campus Novo Paraíso e teve como temática IFRR 25 anos: Desenvolvimento Tecnológico e Transformação Social. "Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional Sustentável". Vale destacar também a produção científica discente e docente por meio da Revista Norte Científico ([https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte\\_cientifico](https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte_cientifico)), Qualis B5, e-ISSN 2236-2940, lançada em 2006 até 2017 em meio físico e a partir de 2018 online. A Revista Norte Científico é uma publicação técnico-científica anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a qual tem por finalidade publicar trabalhos originais que contribuam com o desenvolvimento das ciências, apresentando temas relevantes nas diversas áreas do conhecimento. Em análise documental in loco realizada pela Comissão de Avaliação, pode-se evidenciar registros de participação dos discentes em eventos de âmbito nacional, bem como a publicação dos alunos em periódicos de âmbito nacional e internacional em colaboração com os professores do IFRR. Além disso, em reunião com o corpo discente, os alunos relataram que a IES disponibiliza também a logística com carro oficial próprio, para a participação dos alunos em eventos acadêmico-científicos realizados nos Campi, como por exemplo os Fóruns de Integração.

**Dimensão 5: EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO****4,25**

5.1. Titulação do corpo docente.

4

**Justificativa para conceito 4:** Percentual Titulação Nr. % Doutorado 50 17% Mestrado 158 55% Especialista 73 26% Graduado 5 2% Total Docentes 286 100% Ou seja, corpo docente é composto por 72,7% de mestres e doutores.

5.2. Política de capacitação docente e formação continuada.

5

## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 5:** Conforme a Seção 4.6 Política de Capacitação e Qualificação do PDI (2014-2018, pág. 169-171), "A Política de Capacitação e Qualificação dos servidores docentes do IFRR será regulamentada por meio de resolução do Conselho Superior e terá como diretrizes básicas: I – promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, capacitando-os, aperfeiçoando-os, especializando-os e atualizando-os; II – incentivar e apoiar os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; III – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externa no seu local de trabalho; IV – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; V – incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pela própria instituição, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal; VI – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional; VII – incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional nas carreiras dos servidores; VIII – avaliar periódica e permanentemente os resultados das ações de capacitação; IX – promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação; X – priorizar, nos casos de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo o investimento da União na capacitação de servidores por meio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)." "Para fins da capacitação e qualificação dos servidores, o IFRR considera os seguintes conceitos, de acordo com os Decretos nº 5.707/2006 e nº 5.825/2006: I – Eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudo, intercâmbios, estágios, seminários e congressos que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; II – Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; III – Desenvolvimento: processo contínuo que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e as habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos; IV – Qualificação: processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira; V – Educação formal: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira; VI – Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas. São consideradas modalidades de capacitação as ações de capacitação presenciais e/ou a distância, assim definidas como cursos e eventos internos e externos de curta duração, com cargas horárias diversificadas, que proporcionem o desenvolvimento e a atualização do servidor em consonância com as necessidades da instituição." Para a implementação da política de capacitação de qualificação dos servidores, o IFRR estabelecerá: I – Plano Anual de Capacitação (PAC): elaborado anualmente, definirá os investimentos em capacitação e qualificação que o IFRR realizará por meio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição. II – Plano de Qualificação Docente (PLANFOR): elaborado periodicamente, definirá os investimentos em qualificação que o IFRR realizará, voltados especificamente aos docentes, por intermédio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição, com base nas projeções de cursos a serem implantados no IFRR. III – Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Capacitação (PIBAC): regulamentado por resolução do Conselho Superior, visa investir, por meio de auxílio financeiro, na formação dos servidores que são aprovados em cursos de qualificação, estabelecendo os procedimentos e critérios de participação. Capacitação dos Docentes A promoção da capacitação dos servidores docentes será implementada por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC) do IFRR. Trata-se de um plano voltado para todos os servidores da instituição, que definirá os investimentos anuais que o IFRR realizará com vistas a estimular o aperfeiçoamento das capacidades e habilidades de seus servidores, visando ao seu desenvolvimento individual e da instituição. Qualificação dos Docentes A qualificação dos servidores docentes do IFRR será estruturada por intermédio do Plano de Qualificação Docente (PLANFOR), o qual garantirá o investimento na formação dos docentes no âmbito de uma política institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistemática do servidor para o exercício pleno e eficaz de suas atividades. O PLANFOR definirá, com base nos levantamentos das necessidades de qualificação atual e projeção de cursos a serem ofertados pelo IFRR, as grandes áreas que sofrerão investimentos com o propósito de qualificação de seu quadro docente. O PLANFOR definirá as áreas a serem investidas, nos seguintes níveis: I – Cursos de pós-graduação lato sensu; II – Cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado); III – Cursos de pós-doutorado; IV – Estágios, intercâmbios e aperfeiçoamentos. Vale destacar que em reunião in loco da Comissão de Avaliação com o corpo docente foram evidenciados relatos da implantação e publicização das políticas de capacitação docente e formação continuada dos programas acima mencionados por meio de editais. Além disso, a realização de atividades de formação continuada nos Encontros Pedagógico em cada semestre. Em relação a qualificação, foi relatado o afastamento de alguns docentes para realização de Mestrado em Computação Aplicada em convênio com a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) de um MINTER envolvendo 15 docentes e TAEs da IES.

5.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo.

5



## Dimensão 1: Análise preliminar

**Justificativa para conceito 5:** Conforme a Seção 5.6 Política de Capacitação e Qualificação do PDI (2014-2018, pág. 180-185), "A Política de Capacitação e Qualificação dos servidores técnico-administrativos do IFRR será regulamentada por meio de resolução do Conselho Superior e terá como diretrizes básicas: I – promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, capacitando-os, aperfeiçoando-os, especializando-os e atualizando-os; II – incentivar e apoiar os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; III – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externa no seu local de trabalho; IV – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; V – incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pela própria instituição, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal; VI – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional; VII – incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional nas carreiras dos servidores; VIII – avaliar periódica e permanentemente os resultados das ações de capacitação; IX – promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação; X – priorizar, nos casos de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo o investimento da União na capacitação de servidores por intermédio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)." Para fins da capacitação e qualificação dos servidores, o IFRR considera os seguintes conceitos, de acordo com os Decretos nº 5.707/2006 e nº 5.825/2006: I – Eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudo, intercâmbios, estágios, seminários e congressos que contribuam para o desenvolvimento do servidor e atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; II – Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais; III – Desenvolvimento: processo continuado que visa ampliar os conhecimentos e as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos; IV – Qualificação: processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira; V – Educação formal: educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira; VI – Aperfeiçoamento: processo de aprendizagem baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas. São consideradas modalidades de qualificação, presenciais e/ou a distância: I – Cursos técnicos; II – Cursos de graduação; III – Cursos de pós-graduação lato sensu; IV – Cursos de pós-graduação stricto sensu. Para a implementação da política de capacitação e qualificação dos servidores, o IFRR estabelecerá: I – Plano Anual de Capacitação (PAC): elaborado anualmente, definirá os investimentos em capacitação e qualificação que o IFRR realizará, por meio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição. II – Plano de Qualificação Docente (PLANFOR): elaborado periodicamente, definirá os investimentos em qualificação que o IFRR realizará, especificamente voltados para os docentes, por meio de levantamento das reais necessidades e interesses dos servidores e da instituição, com base nas projeções de cursos a serem implantados no IFRR. III – Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Capacitação (PIBAC): regulamentado por meio de Resolução do Conselho Superior, visa investir, por meio de auxílio financeiro, na formação dos servidores que são aprovados em cursos de qualificação, estabelecendo os procedimentos e critérios de participação. Capacitação e Qualificação dos Técnicos Administrativos A promoção da capacitação e qualificação dos servidores técnicos administrativos será implementada por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC) do IFRR. Trata-se de um plano voltado para todos os servidores da instituição, que definirá quais serão os investimentos anuais que o IFRR realizará com vistas a estimular o aperfeiçoamento das capacidades e habilidades de seus servidores, visando ao seu desenvolvimento individual e da instituição. O IFRR elaborará o PAC, até o mês de dezembro de cada exercício, visando orientar as ações de capacitação e incentivar as ações de qualificação, para o exercício seguinte, observando: I – o levantamento das necessidades e interesses de capacitação e qualificação dos servidores do IFRR; II – o planejamento de curto, médio e longo prazo, referente à capacitação dos servidores; III – o mapeamento de competências dos servidores capacitados e a serem capacitados; IV – o atendimento das áreas prioritárias dos campi, Reitoria e demais unidades que compõem o IFRR; V – as linhas e grupos de pesquisas e inovação tecnológica; VI – a projeção de servidores a serem capacitados no período de vigência do plano; VII – o direcionamento das áreas de relação direta para a qualificação; VIII – a apreciação das justificativas dos servidores para qualificação em áreas divergentes de sua formação inicial; IX – a ambientação de novos servidores que ingressarem na instituição; X – a formação continuada de gestores; XI – o desenvolvimento de ações institucionais para incentivar docentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação tecnológica e da gestão. Para fins de levantamento das necessidades de capacitação e qualificação dos técnicos-administrativos, em qualquer nível, serão levadas em consideração as áreas de conhecimento, conforme o Decreto nº 5.824/2006 e a Portaria MEC nº 09/2006. A política de capacitação e qualificação dos servidores do IFRR é regulamentada pela Resolução Nº 298/2017 do Conselho Superior. Já o Plano Anual de Capacitação e Qualificação (PACQ) referente ao exercício 2019 é regulamentado pela Portaria Nº 330/2019 do GR. Vale destacar que, em reunião in loco, da Comissão de Avaliação com o corpo técnico-administrativo, foram evidenciados relatos da implantação e publicização das políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo e da formação continuada dos programas acima mencionados. Em relação a qualificação, foi relatado o afastamento de alguns docentes para realização de Mestrado em Computação Aplicada em convênio com a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) de um MINTER envolvendo 15 docentes e TAEs da IES.

5.4. Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais (quando for o caso) e a distância. 2

**Justificativa para conceito 2:** Na Seção 2.4.3.1 Estrutura Organizacional da Diretoria de Políticas de Educação a Distância (DIPEAD) do PDI (2014-2018), destaca-se: "Núcleo de Sistema Tutorial – responsável pela captação, seleção e formação contínua e continuada do corpo de tutores; captação de tutores, organização e coordenação da tutoria; capacitação interna do corpo docente do IFRR; elaboração de material didático e equipe de tutorial presencial e a distância." O IFRR mantém um constante programa de capacitação e formação continuada junto ao seu corpo de tutores presenciais e a distância, realizando semestralmente capacitações. Em reunião in loco com o corpo de tutores presenciais e a distância com os professores formadores foi relatado a participação dos tutores em curso de capacitação para os tutores, bem como a participação de tutores em cursos de formação continuada ao longo da sua jornada como bolsista UAB. Entretanto, a Comissão de Avaliação não encontrou evidências de uma política de capacitação consolidada e institucionalizada por meio de normativas ou resoluções tal como os docentes e TAEs possuem. Tampouco evidências da garantia de participação dos tutores presenciais e a distância em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais.

5.5. Processos de gestão institucional. 4

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 4:**A IFRR possui os seguintes órgãos deliberativos, com as respectivas composições: O Conselho Superior (CONSUP), órgão superior da IFRR, dispõe de função normativa, consultiva e deliberativa e compõe-se (Resolução Nº 184-CONSUP, de 4 de fevereiro de 2015: I - O Reitor, como presidente; II - Representação de 1/3 (um terço) do número de Câmpus destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02(dois) e o máximo de 05(cinco) membros titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares na forma regimental; III - Representação de 1/3 (um terço) do número de Câmpus destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02(dois) e o máximo de 05(cinco) membros titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares na forma regimental; IV - Representação de 1/3 (um terço) do número de Câmpus destinada aos servidores técnicos-administrativos, sendo o mínimo de 02(dois) e o máximo de 05(cinco) membros titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares na forma regimental; V - Representação de 02 (dois) egressos titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares na forma regimental; VI - Representação de 06 (seis) membros de entidades da sociedade civil, e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores e 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, indicados por ofício do titular do órgão, mediante solicitação do gabinete da reitoria do IFRR; VII - 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; VIII - 02 (dois) representantes do Colégio de Dirigentes como membros titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares. Parágrafo Único: Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do IFRR, sem direito a voto. O Colégio de Dirigentes (COLDI), órgão de caráter consultivo de cada um dos campi que integram o IFRR e compõe-se (Resolução Nº 240-CONSUP, de 6 de novembro de 2015: I - Reitor(a) do IFRR (Presidente); II - Pró-Reitor(a) de Administração; III - Pró-Reitor(a) de Ensino; IV - Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica; V - Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional; VI - Pró-Reitor(a) de Extensão; VII - Diretor-Geral de cada Campus que integra a estrutura organizacional do IFRR; VIII - Diretor de cada Campus Avançado que integra a estrutura organizacional do IFRR. No que se refere aos Colegiados dos Cursos (Resolução 338/2018 CONSUP): "O Colegiado de Curso é um órgão normativo e consultivo no âmbito de cada curso de graduação, que tem por finalidade acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e as normas do IFRR O Colegiado de Curso é constituído por: I- Coordenador do Curso, na condição de presidente; II- 3 (três) docentes vinculados ao Curso e em efetivo exercício; III- 1 (um) representante do corpo discente do Curso; IV- 1 (um) pedagogo, preferencialmente o que acompanha o Curso." No que diz respeito aos Núcleos Docentes Estruturante (Resolução 338/2018 CONSUP): "O NDE de cada Curso de Graduação será constituído por um grupo de 5 (cinco) docentes que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, nomeados, por meio de Portaria, pela Direção- Geral de cada Campus, sendo que: I- A presidência do NDE será exercida pelo Coordenador do Curso; II- Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes que compõem o NDE devem ter titulação acadêmica com Pós-Graduação Stricto Sensu; III- Todos os membros do NDE devem ser docentes efetivos, em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) dos profissionais com 40 (quarenta) horas em tempo integral ou de Dedicção Exclusiva e que não participem do NDE de outros cursos; § 1º. O NDE poderá ser composto por um percentual inferior a 60% (sessenta por cento) dos docentes com titulação estabelecida no inciso II, em caráter excepcional, desde que comprovado que o corpo docente do curso não dispõe de profissionais com a formação requerida." A Comissão de Avaliação averiguou, também por meio das resoluções mencionadas, que todos os mandatos dos membros são regulamentados. No que tange ao Ensino à Distância, verificou-se que os tutores presenciais e à distância não possuem representação nos órgãos colegiados da IFRR. Entretanto, os mesmos ainda não possuem vínculo efetivo com a mesma, por se tratarem de bolsistas do sistema UAB - ao assumir a gestão dos cursos a distância, futuramente, a IES precisará garantir a participação dos mesmos em órgãos deliberativos e consultivos da gestão institucional. Entretanto, em visita in loco, a Comissão de Avaliação não identificou evidências da apropriação pela comunidade interna é assegurada na divulgação das decisões destes órgãos da gestão institucional.

5.6. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático.

4

**Justificativa para conceito 4:**O sistema de controle de produção e distribuição de material didático no IFRR é responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação a Distância (DIPEAD), a qual possui dois núcleos responsáveis por este processo: Núcleo de Desenvolvimento e Suporte e "Núcleo de Tecnologia Educacional. De acordo com o PDI 2014-2018 (pág. 92) destaca-se: "Núcleo de Desenvolvimento e Suporte - responsável por projetar, implementar e dar manutenção ao ambiente virtual de aprendizagem do IFRR, rede de dados, videoconferências, web conferências, bem como pesquisar novas tecnologias e mídias que venham agregar novas ferramentas a essa modalidade de ensino, além distribuir material didático. Núcleo de Tecnologia Educacional - responsável pela organização didático-pedagógica da EaD, tendo como objetivos: pesquisa e orientação, visando à elaboração de material didático; pesquisa de metodologias de educação a distância; pesquisa de novas tecnologias e mídias que venham agregar novas ferramentas a essa modalidade de ensino; domínio da legislação educacional referente à educação a distância; acompanhamento e avaliação institucional do curso e de suas etapas de execução; avaliação de aprendizagem (elaboração, aplicação e correção de provas presenciais e tarefas a distância) e interação com parceiros e responsáveis pelos laboratórios de informática e demais laboratórios pedagógicos." Atualmente, o desenvolvimento de materiais didáticos limita-se à produção de materiais digitais: ebooks, apostilas, slides, vídeos entre outros. Todos os materiais produzidos são disponibilizados online no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) de cada curso. O DIPEAD ainda dispõe de exemplares físicos de materiais publicados no passado, os quais são distribuídos aos polos com maior dificuldade de acesso à Internet. Para cada novo contrato de professor formador, é responsabilidade do docente do desenvolvimento do material didático do componente curricular em cooperação com a equipe multidisciplinar atendida pelos Núcleos de Desenvolvimento e Suporte e de Tecnologia Educacional. Vale destacar que a Comissão de Avaliação, in loco, não identificou evidências de apoio à produção de material autoral pelo corpo docente associado aos cursos à distância.

5.7. Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.

5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** A sustentabilidade financeira das IES tem como base a Matriz Orçamentária de Custeio aprovada e homologada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O IFRR, como autarquia federal vinculada ao MEC, é uma instituição pública de ensino profissional e tecnológica e, portanto, suas receitas são provenientes do Orçamento Geral da União, de Emendas Parlamentares e de fontes próprias. O planejamento e a execução do orçamento do IFRR são feitos de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, Capítulo 11. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira). Cada campus da IFRR elabora sua proposta orçamentária alinhada aos objetivos estratégicos do plano. Portanto, as metas e as ações definidas pelas unidades contemplam as políticas de ensino, extensão e pesquisa. Os estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados, estes, são feitos com base nos instrumentos utilizados para esse fim, entre os quais estão o Relatório Anual de Gestão, o Relatório Quadrimestral do Plano Anual de Trabalho, as Reuniões Itinerantes e os Relatórios das Ações Orçamentárias (semestrais). O Relatório Anual de Gestão, baseado nos princípios constitucionais, é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução do orçamento geral do IFRR. Serve de base para a tomada de decisões, mudança de objetivos e readequação de metas, auxiliando na manutenção da missão institucional. Além disso, para que tenhamos plena sustentabilidade financeira, a instituição, no próprio PDI, prevê a ampliação e o fortalecimento das fontes captadoras de recursos. Com base nessa previsão, é realizada periodicamente a divulgação, no âmbito institucional, de fontes alternativas de financiamento à tríade ensino-pesquisa-extensão instituídas por instituições públicas ou privadas. Além disso, por meio da apresentação de planos de trabalho é realizada a captação de créditos orçamentários em órgãos governamentais, entre os quais destaca-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes), por intermédio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) na oferta de cursos de graduação e pós-graduação à distância. O Relatório Quadrimestral do Plano Anual de Trabalho também apresenta os resultados alcançados durante o exercício financeiro, porém com um período de abrangência menor. Ele permite que as falhas identificadas durante o processo possam ser corrigidas ainda durante a distribuição de créditos, com vistas a sanear possíveis distorções. As Reuniões Itinerantes, definidas no início do exercício financeiro, apresentam a formatação do orçamento anual, as diretrizes orçamentárias, as limitações do orçamento e prestam orientações e dão suporte aos gestores sobre as boas práticas de execução orçamentária. Os Relatórios das Ações Orçamentárias, que são feitos semestralmente, tratam da execução das ações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) da instituição. Avalia o índice de eficiência de execução das ações comparando estas com as metas preestabelecidas. Os recursos orçamentários e financeiros são distribuídos, anualmente, aos Centros para a gestão do custeio de forma descentralizada, o que permite o planejamento de cada unidade da IFRR com suas atividades. A política de investimentos prioriza garantir a infraestrutura às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em cumprimento da legislação vigente, sendo incentivada a captação de recursos à ampliação da capacidade de investimentos, obtendo recursos de projetos desenvolvidos pelo IFRR em parceria com IES públicas e privadas.

5.8. Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

5

**Justificativa para conceito 5:** O relatório anual de autoavaliação interna reportado pela CPA e o PDI são considerados na formatação do Orçamento Anual do IFRR, pois são documentos imprescindíveis para a distribuição dos créditos orçamentários ou para definição específica de quais áreas instáveis requerem maior investimento. Uma vez iniciado o processo de elaboração do orçamento, as informações contidas nos referidos documentos, orientam a Reitoria na elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT), no qual estarão previstas as despesas do IFRR, plano este que deve ser aprovado até 31/12 de cada ano. Nesse processo, ocorre a ciência, a participação e o acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas. Pois, de posse dos documentos que nortearam a tomada de decisão (PDI, Relatório da CPA, Acórdãos do TCU e Acordo de Metas do MEC), as instâncias gestoras e acadêmicas terão oportunidade para definir os macro projetos e os macroprocessos, bem como estabelecer metas e ações. O processo de elaboração do orçamento, conforme visto, inicia-se com a elaboração do PAT, e, ao longo de sua condução, tem-se a participação ativa dos gestores e das instâncias acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão, EAD). Ao final desse ciclo, conclui-se a formatação do orçamento com a publicação do PAT. Assim, a publicidade é realizada pela ASCOM na página oficial do IFRR e por meios de correio eletrônico interno para a comunidade acadêmica. Além disso, todos os servidores possuem acesso via o sistema SUAP. Vale ainda ressaltar que a Comissão de Avaliação, in loco, obteve acesso ao Relatório de Gestão (Exercício 2018) com informações a respeito das Declarações Contábeis assinadas pela Contadora sob CRC-RR N° 668/O-0, incluindo: Demonstrações Contábeis Consolidadas, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido.

**Dimensão 6: EIXO 5 - INFRAESTRUTURA****3,17**

6.1. Instalações administrativas.

2

**Justificativa para conceito 2:** De acordo com informações postadas no Formulário eletrônico e evidenciadas na visita, as instalações administrativas são departamentalizadas, cada departamentos com seus recursos humanos e suas atribuições. OS setores são identificados a partir dos corredores além de identificação em seus acessos. Apresentado instrumento de avaliação periódica realizado pelo CAD - Departamento de Avaliação e Manutenção. Para o gerenciamento e manutenção patrimonial utiliza-se um sistema de chamados denominado SIGAT, neste são abertos chamados para agendamento e manutenção dos patrimônios, apresentadas normativas que que dão ciência aos colaboradores referente às formas e meios de solicitação de manutenções. Nas entrevistas durante a visita estes documentos foram citados e posteriormente evidenciados na visita IN LOCO. Não foi apresentado laudo técnico devidamente assinado por técnico responsável referente ao plano de acessibilidade da IES, apenas as plantas dos edifícios com o devido projeto de acessibilidade a ser implantado. Atualmente, este processo encontra-se em fase de licitação. O elevador vertical e as plataformas elevatórias encontram-se em fase de implantação pela empresa vencedora da licitação. Também não foi constatada a existência ou utilização de recursos tecnológicos inovadores nas instalações administrativas.

6.2. Salas de aula. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

2

**Justificativa para conceito 2:** As 33 salas de aula estão equipadas com quadro de vidro condicionador de ar em cada unidade, possuem em média 35 carteiras escolares (cadeira com carteira incorporada). Em sua grande maioria as salas tem datashow instalado, para as salas que não tem data show fixo, é possível que o professor faça a reserva em setor específico - Coordenação de Turnos e Multimeios (COTUR) e Coordenação Apoio ao Ensino (COAGE). Existem instrumentos suficientes para atender todas as salas de aula. Sua utilização funciona de acordo com os planejamentos de cada curso. Apresentado instrumento de avaliação periódica realizado pelo departamento de Avaliação e Manutenção (CAD). Para o gerenciamento e manutenção patrimonial utiliza-se um sistema de chamados denominado SIGAT, neste são abertos chamados para agendamento e manutenção dos patrimônios, apresentadas normativas que dão ciência aos colaboradores referente às formas e meios de solicitação de manutenções. Nas entrevistas durante a visita estes documento foram citados e posteriormente evidenciados na visita in loco. Não foi apresentado laudo técnico devidamente assinado por técnico responsável referente ao plano de acessibilidade da IES, apenas as plantas dos edifícios com o devido projeto de acessibilidade a ser implantado. Atualmente, este processo encontra-se em fase de licitação. O elevador vertical e as plataformas elevatórias encontram-se em fase de implantação pela empresa vencedora da licitação. Também não foi constatada a existência ou utilização de recursos tecnológicos inovadores nas salas de aula.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

6.3. Auditório(s). NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

4

**Justificativa para conceito 4:**O auditório apresenta acessibilidade e está localizado próximo ao estacionamento, o qual encontra-se no piso térreo na instituição possibilitando acesso aos PNE. No auditório, existem lugares específicos para PNEs com acesso via rampas, sinalização de lugares reservados para PO. Ao fundo encontra-se uma sala para operação de áudio visual. A acústica do auditório é específica para o ambiente e conta com forro sobressalente. O ambiente é climatizado e possui 160 cadeiras estofadas e confortáveis, bem como disponibiliza conexão de serviço de Internet. Entretanto, a Comissão de Avaliação não evidenciou a existência de equipamentos de videoconferência no auditório.

6.4. Salas de professores. Considerar as salas de professores e/ou de tutores.

4

**Justificativa para conceito 4:**O instituto oferece duas salas de professores, uma com com 7 estações de trabalho com computador, uma impressora, duas mesas com total de 13 cadeiras. três sofás com 8 lugares ao total, um televisor, 100 escaninhos numerados e com chaves. Possui também uma copa com microondas, geladeira e bebedouro. A outra sala é de tamanho menor com 3 estações de trabalho com computador, uma mesa com total de 8 cadeiras, 15 escaninhos numerados e com chaves. Vale destacar que existe uma sala de pesquisa ao lado da sala dos professores que contém 18 estações de trabalho 17 com computador e uma sem. As salas ficam no piso térreo sem a necessidade de rampas de acesso. Apresentado instrumento de avaliação periódica realizado pelo Departamento de Avaliação e Manutenção (CAD). Para o gerenciamento e manutenção patrimonial utiliza-se um sistema de chamados denominado SIGAT, neste são abertos chamados para agendamento e manutenção dos patrimônios, apresentadas normativas que dão ciência aos colaboradores referente às formas e meios de solicitação de manutenções. Nas entrevistas durante a visita estes documento foram citados e posteriormente evidenciados na visita in loco. A Comissão de Avaliação não constatou a existência ou utilização de recursos tecnológicos diferenciados nas salas dos professores.

6.5. Espaços para atendimento aos discentes. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

2

**Justificativa para conceito 2:**Os espaços de atendimento aos discentes atendem às atividades institucionais. Existem diversas formas de atendimento discente, inicialmente os coordenadores podem atender os alunos em suas salas, os professores tem sala específica para atendimento ao lado da sala dos professores. A IES possui os seguintes espaços de atendimento ao discente: \* CAES - Coordenação de Assistência ao Estudante; \* XEROX - cada professor tem pasta de suas disciplinas onde eventualmente possa orientar os alunos a solicitar impressos do mesmo. Este departamento também realiza reprodução de outros materiais inclusive para comunidade externa; \* DERA - Departamento de Registro Acadêmico três guichês de atendimento um para atendimento de alunos com necessidades especiais. Neste departamento são armazenados todos os documentos físicos da comunidade acadêmica; \* NEABI - Núcleo de estudos Afro-Brasileiros e Indígenas; \* DEG- Departamento de Ensino e Graduação; \* NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Neste ambiente foram apresentadas ferramentas para auxiliar Pessoas portadoras de necessidades especiais, entre eles: - Mouse de Pé - pode ser utilizados por pessoas com dificuldade motora, falta de membros e baixa visão; - Lupa eletrônica, aparelho scanner que amplia textos físicos para tela de computador; - Leitor virtual de Livros, faz a interpretação de livros físicos para áudio no computador; - Impressora Braille; - Computador com DosVox- interpreta texto em voz. Neste departamento também são preparados nivelamentos em Libras, português e matemática. Porém não foi apresentado laudo técnico referente à acessibilidade, constatou-se a falta de piso tátil, constatada a inexistência de identificação braille na IES. Foi apresentado à Comissão o instrumento de avaliação periódica realizado pelo Departamento de Avaliação e Manutenção (CAD). Para o gerenciamento e manutenção patrimonial é utilizado um sistema de chamados denominado SIGAT, neste são abertos solicitações para agendamento e manutenção dos patrimônios. Foram apresentadas normativas que dão ciência aos colaboradores referente às formas e meios de solicitação de manutenções. Nas entrevistas durante a visita estes documento foram citados e posteriormente evidenciados na visita in loco. Não foi apresentado laudo técnico devidamente assinado por técnico responsável referente ao plano de acessibilidade da IES, apenas as plantas dos edifícios com o devido projeto de acessibilidade a ser implantado. Atualmente, este processo encontra-se em fase de licitação. O elevador vertical e as plataformas elevatórias encontram-se em fase de implantação pela empresa vencedora da licitação. Também não foi constatada a existência ou utilização de recursos tecnológicos inovadores nos espaços para atendimento aos discentes.

6.6. Espaços de convivência e de alimentação.

2

**Justificativa para conceito 2:**Em visita constatou-se um restaurante amplo para aproximadamente 120 pessoas, o restaurante serve almoço e jantar para comunidade acadêmica. Equipado com televisores cadeiras confortáveis. No cardápio além do Buffet estão lanches, sucos e refrigerantes variados. Além destes existem espaços para convivência nas praças internas sob sombra de árvores. Existe também uma área grande com sofás e almofadas. Os locais são limpos, seguros e amplos o suficientemente, dimensionados para atender a comunidade acadêmica. As áreas cobertas são todas climatizadas e em toda área física tem acesso à Internet. Foi apresentado à Comissão o instrumento de avaliação periódica realizado pelo Departamento de Avaliação e Manutenção (CAD). Para o gerenciamento e manutenção patrimonial é utilizado um sistema de chamados denominado SIGAT, neste são abertos solicitações para agendamento e manutenção dos patrimônios. Foram apresentadas normativas que dão ciência aos colaboradores referente às formas e meios de solicitação de manutenções. Nas entrevistas durante a visita estes documento foram citados e posteriormente evidenciados na visita in loco. Não foi apresentado laudo técnico devidamente assinado por técnico responsável referente ao plano de acessibilidade da IES, apenas as plantas dos edifícios com o devido projeto de acessibilidade a ser implantado. Atualmente, este processo encontra-se em fase de licitação. O elevador vertical e as plataformas elevatórias encontram-se em fase de implantação pela empresa vencedora da licitação. Também não foi constatada a existência ou utilização de recursos tecnológicos inovadores nos espaços de convivência e de alimentação.

6.7. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

2

**Justificativa para conceito 2:**Em visita foram levantados os seguintes Laboratórios: Um Lab. Instalações Prediais Um Lab. Máquinas Elétricas Um Lab. Eletrônica Um Lab. Materiais de Construção e Solos Um Lab. Instalações Hidráulicas e Sanitárias Dois Lab. de Pesquisa e Inovações Tecnológicas Um Lab. Cartografia Um Lab. de Hardware Um Lab. Física Um Lab. Matemática Dois Lab. Bioquímica Um Lab. Biologia Um Lab. Saneamento Ambiental Os laboratórios atendem as práticas didáticas. Vale destacar o laboratório de Materiais de Construção e Solos existente na na unidade é o único do estado de Roraima. Neste mesmo laboratório foi gerada parente BR 20 2018 009448 9 que trata de "Coletor de Efluentes Em Profundidade". Foi apresentado à Comissão o instrumento de avaliação periódica realizado pelo Departamento de Avaliação e Manutenção (CAD). Para o gerenciamento e manutenção patrimonial é utilizado um sistema de chamados denominado SIGAT, neste são abertos solicitações para agendamento e manutenção dos patrimônios. Foram apresentadas normativas que dão ciência aos colaboradores referente às formas e meios de solicitação de manutenções. Nas entrevistas durante a visita estes documento foram citados e posteriormente evidenciados na visita in loco. Não foi apresentado laudo técnico devidamente assinado por técnico responsável referente ao plano de acessibilidade da IES, apenas as plantas dos edifícios com o devido projeto de acessibilidade a ser implantado. Atualmente, este processo encontra-se em fase de licitação. O elevador vertical e as plataformas elevatórias encontram-se em fase de implantação pela empresa vencedora da licitação. Também não foi constatada a existência ou utilização de recursos tecnológicos inovadores nas instalações administrativas.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

- 6.8. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA. 4
- Justificativa para conceito 4:**A CPA está constituída e localizada no prédio da Reitoria, em seu regimento consta que cada campus deve ter um órgão denominado CSA - Comissão Setorial de Avaliação, este órgão é responsável pela sensibilização, aplicação dos questionários e socialização dos resultados. A sala da CPA na reitoria possui estrutura adequada para seu funcionamento, em visita constatou-se uma mesa de reuniões com seis (6) cadeiras, dois (2) computadores, uma (1) impressora, um (1) armário de aço e um (1) de madeira para acomodar os documentos e dois (2) condicionadores de ar. Possui também uma ante sala com duas (2) escrivaninhas, um (1) computador e um (1) frigobar. Nos campi a CSA a infraestrutura é composta de uma mesa redonda com quatro (4) cadeiras, dois (2) computadores, uma (1) impressora, dois (2) armários e dois (2) condicionadores de ar. A sala tem infraestrutura tecnológica com acesso à Internet para realização das suas tarefas. Não constatados processos e ou recursos inovadores inovadores nas práticas da CPA.
- 6.9. Bibliotecas: infraestrutura. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais. 5
- Justificativa para conceito 5:**Seu acesso é localizada no piso inferior é composta de dois pisos com rampa interna de acesso, a biblioteca possui em seu piso inferior: Sistema anti furto com identificação RFID; 4 meses com 4 cadeiras cada; 1 ilha de trabalho para quatro usuários; Uma sala de pesquisa com 22 computadores em quiosques individuais; Uma sala de apoio com 5 computadores, um com acessibilidade(dosvox instalado); No piso superior encontram-se: 22 mesas com 4 cadeiras cada; 2 salas para teleconferência; sala de coordenação da biblioteca; Sala de processamento técnico; Uma sala de pesquisa com 22 computadores em quiosques individuais; dois computadores para atendimento; Uma copa. A biblioteca tem funcionamento das 07:30 horas até as 21:30 horas, de segundas a sextas feiras, e das 07:30 às 12:00 horas aos sábados. Consta no regimento da Biblioteca que alunos podem fazer empréstimos de 3 acervos por uma semana com direito a duas renovações. Os professores têm direito ao empréstimo de 5 acervos por duas semanas com direito a 2 renovações. Não existe cobrança de multas financeiras por atrasos, apenas o usuário não poderá realizar empréstimos pelo mesmo período de tempo do atraso. A biblioteca atende além da comunidade acadêmica a qualquer pessoa da comunidade. Foram evidenciados acessibilidade em equipamento para auxiliar pessoas com necessidades auditivas e visuais. Existe ampla estrutura para consulta e guarda empréstimo e devolução dos acervos, inclusive com o armazenamento das informações do tombo em etiquetas RFID embutidas nos acervos, esta tarefa fica muito precisa, evitando perda de materiais e eventuais trocas de acervo de seu local de origem, caracterizando assim um recurso inovador na gestão de acervos bibliográficos. O sistema eletrônico utilizado é o Pergamum, integrado com o sistema acadêmico, no caso o Sistema Q-Acadêmico contratado pela instituição. A responsável pelo atendimento a Comissão de Avaliação foi a bibliotecária Maria de Fatima Freire Araujo CRB 11/374.
- 6.10. Bibliotecas: plano de atualização do acervo. 3
- Justificativa para conceito 3:**Nas análises realizadas nos documentos apresentados: "Plano de Contingência da Biblioteca do IFRR" e "Plano de Ação Biblioteca 2019" e também no PDI onde são citados o plano de atualização e a viabilidade de execução. Na Meta 8 do Plano de Trabalho Anual (PTA) 2019, também são previstos a Garantia de 5% do orçamento próprio de investimento no fortalecimento das bibliotecas. Entretanto, não foram evidenciadas ações corretivas ao acompanhamento e avaliação do acervo sugeridas pela comunidade acadêmica, e nem a existência de dispositivos inovadores aplicáveis.
- 6.11. Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente. 2
- Justificativa para conceito 2:**Na visita foi constatada a existência de nove Lab. de Informática/Inclusão Digital. Destes um Laboratório também é utilizado para o ensino da Graduação EAD com 30 equipamentos com softwares, todos em estações individuais de trabalho. Laboratório de Língua: este laboratório é composto de 35 estações de trabalho individual com computador e softwares instalados em cada estação. Neste laboratório também tem HeadSet em cada estação, pois o mesmo é utilizado para línguas. As salas de apoio de informática atendem às necessidades institucionais com quantidade de equipamentos necessários para execução dos trabalhos. existem normativas de uso de todos os ambientes. O acesso à Internet pode ser feita por Wireless e também por intermédios de cabeamento. Atualização dos softwares é prevista em licença de volume office 2010. Os aspectos ergonômicos seguem os padrões em todos ambientes da instituição. Existe na instituição a Coordenação da Tecnologia da Informação (CTI), o qual dá suporte às operações nos laboratórios. Não foi apresentado laudo técnico devidamente assinado por técnico responsável referente ao plano de acessibilidade da IES, apenas as plantas dos edifícios com o devido projeto de acessibilidade a ser implantado. Atualmente, este processo encontra-se em fase de licitação. O elevador vertical e as plataformas elevatórias encontram-se em fase de implantação pela empresa vencedora da licitação. Também não foi constatada a existência ou utilização de recursos tecnológicos inovadores nas salas de apoio de informática.
- 6.12. Instalações sanitárias. 4
- Justificativa para conceito 4:**As instalações sanitárias atendem as necessidades da comunidade acadêmica e as unidades instalações adequadas para cadeirantes. A limpeza é realizada por empresa especializada e se encontram em boas condições de uso. Entretanto, a Comissão de Avaliação não identificou banheiros familiares e fraldários.
- 6.13. Estrutura dos polos EaD. NSA quando não houver previsão de polos. As informações dos polos devem estar disponíveis na sede da instituição. 3
- Justificativa para conceito 3:**A estrutura dos POLOS segue os padrões da UNIVIRR/UAB Universidade Aberta do Brasil. Em documento apresentado "Relatório Estrutural dos Polos UNIVIRR/UAB" encontram-se discriminadas as estruturas existentes em cada um, a estrutura física relatada e apresentada por fotografias e documentos possui a estrutura física e tecnológica para as atividades presenciais previstas, no PDI. Evidenciada a adequação de acessibilidade prevista nos projetos dos cursos vinculados. Os polos possuem laboratórios, salas de aula e biblioteca para execução dos trabalhos. Os polos mais distantes tem problemas com quedas de sinal de internet com frequência, não existe infraestrutura adequada, o estado é carente em telecomunicações. Estas declarações foram observada nas reuniões com a comunidade acadêmica. Outro problema relatado foi das frequentes quedas de energia e de longos períodos sem o fornecimento do mesmo. Entretanto, a Interação entre os tutores e discentes não tem suporte de recursos diferenciados aplicados no processo de ensino e aprendizagem. Também não identificados recursos inovadores aplicados nos polos.
- 6.14. Infraestrutura tecnológica. 3

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 3:**A infraestrutura apresentada é adequada para as atividades propostas e apresentadas na IES. Recentemente foi adquirido novo servidor para o datacenter "Hiperconvergência NUTANIX. O projeto e a instalação foram constatadas durante a visita da Comissão. No documento "Relatório de Tecnologia da Informação do IFRR", foram apresentados os seguintes dados: - Lista de servidores do parque tecnológico e também os softwares implantados; - Lista de sistemas utilizados nos servidores; - Dados sobre o funcionamento da rede SISCO; - Sistema de segurança; - No-breaks instalados no Parque. Entretanto, não foi identificado a existência de um Plano de Contingência, em visita às instalações os responsáveis declararam a não existência do mesmo. A instituição não tem a possibilidade de operar em regime 24/7 por não haver redundância de fornecimento de energia, limite este também refletido na infraestrutura de Internet. Existe apenas um fornecedor de Internet na região. O suporte presta atendimento em dias úteis a partir das 07:30 às 22:00, e aos sábados, das 07:30 ao meio dia, retornando apenas às 07:30 da segunda-feira, ou seja, existe um intervalo de tempo que não é possível realizar suporte em caso de falhas ou emergências.

6.15. Infraestrutura de execução e suporte.

3

**Justificativa para conceito 3:**A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais realizando as tarefas de suporte ao Data Center interno e também suporte aos usuários. Entretanto, não foi identificado a existência de um Plano de Contingência, em visita às instalações os responsáveis declararam a não existência do mesmo. A instituição não tem a possibilidade de operar em regime 24/7 por não haver redundância de fornecimento de energia, limite este também refletido na infraestrutura de Internet. Existe apenas um fornecedor de Internet na região. O suporte presta atendimento em dias úteis a partir das 07:30 às 22:00, e aos sábados, das 07:30 ao meio dia, retornando apenas às 07:30 da segunda-feira, ou seja, existe um intervalo de tempo que não é possível realizar suporte em caso de falhas ou emergências.

6.16. Plano de expansão e atualização de equipamentos.

5

**Justificativa para conceito 5:**A IES não possui Plano de expansão dentro do PDI, porém existe planejamento descrito no no Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI), onde consta todo o planejamento de atualização e substituição de equipamentos. Este documento foi construído respeitando todas as regras estabelecidas pelos órgãos governamentais, tratando-se de órgão público. O Plano está acessível no sítio da IES. Consta ainda no PDTI o plano de expansão e atualização dos equipamentos e softwares, em que são contemplados o treinamento e atualização dos recursos humanos ligados à área. Análise de metas e indicadores de desempenho referentes a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e plano de gestão de riscos estão contemplados no instrumento. Além disso, está previsto também item referente a atualização e correção do plano de expansão e atualização de equipamentos.

6.17. Recursos de tecnologias de informação e comunicação.

4

**Justificativa para conceito 4:**A IES conta com link de 1 GB fornecido pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) sem redundância segundo relatório apresentado. O pico de uso de banda gira em torno de 30% da capacidade. O ambiente virtual e os sistemas acadêmicos e administrativos estão instalados em seu próprio Data Center. Já a segurança é garantida pelo firewall gerenciado internamente. A Tecnologia de Informação e Comunicação garantem a acessibilidade comunicacional permitindo a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica por meio dos Recursos do Sistema Acadêmico SUAP-EDU, Q-Acadêmico, e-mail, web conferência, Moodle e etc. Entretanto, não foram identificadas soluções tecnológicas inovadoras em relação aos recursos de TICs.

6.18. Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

3

**Justificativa para conceito 3:**A IES utiliza o MOODLE como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), muito conhecido e utilizado por entidade que oferecem ensino na modalidade a distância. A infraestrutura tecnológica utilizada pela instituição está fisicamente hospedada em suas instalações e as customizações são realizadas e preparadas internamente. O ambiente garante a interação entre as comunidades acadêmicas. Entretanto, o AVA não é integrado aos sistemas acadêmicos a criação dos cenários é realizada de forma manual. Tampouco foram evidenciados em documento e nem na visita in loco a adoção de recursos inovadores.

**Dimensão 7: Considerações finais.****7.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.**

Helcio Hermes Hoffmann  
Maicon Bernardino Da Silveira  
Maria Solange Coelho Borges

**7.2. Informar o número do processo e da avaliação.**

Código da avaliação: 125694

Número do processo: 201511192

**7.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR  
Endereço: Avenida Glaycon de Paiva Nº: 2496  
Cep: 69303340 - Boa Vista/RR

**7.4. Informar o ato autorizativo.**

Ato autorizativo: Recredenciamento EaD

**7.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas pretendidas.**

NSA

**7.6. Explicitar os documentos utilizados como base para avaliação (PDI e sua vigência; PPC; Projeto de Autoavaliação e demais relatórios da IES).**

**Dimensão 1: Análise preliminar**

- Anais do Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR (e-ISSN 2447-1208)
- Declarações Contábeis assinadas pela Contadora sob CRC-RR N° 668/O-0
- Decreto N° 7.234/10
- Decretos federais
- FE – Formulário Eletrônico
- PAC
- parente BR 20 2018 009448 9
- PBAEX - Programa de Bolsas de Extensão
- PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
- PDTI - Plano Diretor da Tecnologia da Informação
- PIBAC - Programa Institucional de Bolsa Auxílio à Capacitação
- PIBICT - Programa de Iniciação Científica e Tecnológica
- PIVICT
- PLANFOR - Plano de Qualificação Docente
- Plano Anual de Capacitação
- Plano de Ação Biblioteca 2019
- Plano de Contingência da Biblioteca do IFRR
- Portal de Egressos (<http://www.ifrr.edu.br/egressos>)
- PTA - Plano de Trabalho Anual - 2019,
- Regimento aprovado pela Resolução n°203
- Relatórios de Autoavaliação
- Relatórios de Gestão
- Resolução 104, de 08 de outubro de 2012
- Resolução 157, de 10 de junho de 2014
- Resolução 298, de 28 de julho de 2017
- Resolução 338/2018 CONSUP
- Resolução n° 139 - Conselho superior, de 10/09/2013
- Resolução n° 246 - Conselho Superior, de 04/02/2016
- Resolução n° 320 - Conselho Superior, de 21/12/2017
- Resolução n° 386 - Conselho Superior, de 31/07/2018
- Resolução N° 157-CONSUP, de 10 de Junho de 2014
- Resolução n° 194 - Conselho Superior, de 02/03/2015
- Resolução N° 205-CONSELHO SUPERIOR, de 5 de maio de 2015
- Resolução N° 240-CONSUP, de 6 de novembro de 2015
- Resolução n° 292 - Conselho Superior, de 05/05/2017
- Resolução N° 298/2017
- Resolução N° 351/CONSUP, de 28 de fevereiro de 2018
- Resolução n° 418 - Conselho Superior, de 18/12/2018
- Resolução N°205/CONSELHO SUPERIOR, de 5 de maio de 2015.
- Resoluções: N° 312, 311 e 310/CONSELHO SUPERIOR, de 03 de outubro de 2017.
- Revista Norte Científico (e-ISSN 2236-2940)
- Revista Norte Científico ([https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte\\_cientifico](https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte_cientifico)), Qualis B5, e-ISSN 2236-2940

**7.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada eixo.**

## Dimensão 1: Análise preliminar

### EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão de Avaliação durante a visita in loco considerou os relatórios de autoavaliação sistematizados pela CPA referente ao triênio (2015-2017), postados fora do período determinado, e o primeiro Relatório Parcial referente ao ano de 2018- postado em março de 2019 - para as devidas análises. As CSA's e CPA contam com participação de toda comunidade acadêmica (além de membros da sociedade civil organizada) e conduzem o processo de autoavaliação anualmente (em relação aos cinco eixos) nos cursos presenciais e a distância. A aplicação dos instrumentos da Autoavaliação nos polos de educação a distância são aplicados em formulários impressos devido às precariedades do serviço de Internet, problema identificado em todo o estado de Roraima. Os relatórios são divulgados no site da instituição, nos murais, redes sociais, mas a comunidade acadêmica, no geral, ainda apresentam fragilidades na apropriação das ações realizadas pela Gestão, a partir dos seus resultados analisados pela CPA. Os Relatórios de Autoavaliação são citados no Plano de Gestão como documento importante para o planejamento das ações da instituição. O Relato Institucional não foi apresentado, conforme a estrutura proposta pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº. 62/2014.

### EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No Eixo 2, a Comissão de Avaliação constatou uma relação inerente ao PDI (2014-2018) e a minuta apresentada do PDI (2019-2023) com as políticas disseminadas na Instituição apresentadas por meio de resoluções e portarias. As ações referentes às políticas de extensão e pesquisas são condizentes com as necessidades locais e regional e fortalecidas com a proposta de EaD em cursos de formação inicial e continuada. Apesar de todos os problemas que o estado enfrenta com a falta de energia elétrica e internet a instituição conseguiu garantir a continuidade da oferta com alternativas presenciais. As ações de política de ensino são fortalecidas por programas de fomento como o INOVA promovendo práticas pedagógicas contribuindo com a permanência e êxito dos estudantes na instituição.

### EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

As políticas acadêmicas do IFRR encontram-se consolidadas em relação à tríade pesquisa-ensino-extensão. Destacam-se as políticas de comunicação da IES, coordenadas pela Assessoria de Comunicação com auxílio das Coordenações de Comunicação Social (CCSs) de cada Campus, com variados canais de divulgação das notícias da IES para a comunidade interna e externa, e a oferta de bolsas em programas de extensão, pesquisa, ensino, monitoria, estágios não curriculares, além de bolsas de caráter social para apoio aos discentes. A pós-graduação stricto sensu tem três (3) cursos, sendo dois (2) em associação UERR, entre mestrado e doutorado, porém nenhum ainda avaliado com conceito Capes 5 ou superior. Há um forte estímulo à produção acadêmica docente, com programa de apoio para ida a eventos e cursos de formação, publicação de livros a partir de pesquisas do corpo de professores além de amplo número de artigos publicados em periódicos. Finalmente, também encontramos evidências sobre apoio aos discentes, no que diz respeito à intercâmbio, mobilidade acadêmica e participação em eventos e publicações.

### EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

O IFRR possui órgãos colegiados, com poderes deliberativos e consultivos, contando com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, com ampla gerência sobre as políticas e questões de planejamento e aplicação do orçamento da IES (que é descentralizado, de forma que cada Campus possui relativa autonomia sobre a aplicação de seus recursos). O PDI da IES orienta o planejamento e aplicação dos recursos, e a mesma demonstra total sustentabilidade financeira, além de estar em constante processo de ampliação de suas fontes de recursos para além do erário federal. Há também programas de formação continuada para docentes e técnico-administrativos bastante consolidados. Entretanto, não encontrou-se evidências de uma política de capacitação consolidada e institucionalizada por meio de normativas ou resoluções tal como os docentes e TAEs possuem. Tampouco evidências da garantia de participação dos tutores presenciais e a distância em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais. Destaca-se o fato de a IES possuir um quadro docente com 72,7% de mestres e doutores. A programa de produção e distribuição de material didático voltado para o ensino à distância, conta com dois núcleos vinculados do DIPEAD: Núcleo de Desenvolvimento e Suporte e Núcleo de Tecnologia Educacional, formada por equipe multidisciplinar que tem como objetivo fazer com que os materiais didáticos sejam criados, desenvolvidos e produzidos de modo a estabelecer uma relação dialógica com os discentes aos quais se destinam.

### EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

A Comissão de Avaliação avaliou as instalações da IES como adequadas, possuindo políticas para a guarda e disponibilização de acervo acadêmico, estrutura multicampi com diversos laboratórios, salas de aula, espaços para atendimento discente, auditórios e salas de professores, todos com equipamentos atualizados e boas condições de conforto. Entretanto, todos os indicadores relacionados à acessibilidade foram conceituada de acordo com a situação encontrada na IES, pois existem projetos que foram apresentados mas que ainda não foram implantadas, citam-se os seguintes protocolos: 23231.000475.2018-15, 23231.000474.2018-71 e 23231.000473.2018-26. Os documentos acima citados tratam de questões de segurança e acessibilidade. Vale destacar ainda que os extintores de incêndio estão em sua maioria ineficientes e fora do prazo de validade; não existe piso tátil e nem identificação braile na IES; não existe identificação de luzes de emergência e nem sinalização de rota de fuga. Os polos da EAD, vinculados ao sistema UAB, são periodicamente vistoriados pela CAPES, mantenedores e pelo IFRR, possuem equipamento de videoconferência (inclusive utilizados pela Comissão para entrevistas focais com tutores e alunos em diferentes polos simultaneamente) e a IES como um todo tem controle sobre sua gestão patrimonial, avaliação periódica de espaços e equipamentos, além de plano de expansão e atualização. Há um restaurante universitário amplo e com espaços de convivência recentemente inaugurado. Utilizam versão atualizado do Moodle como AVA, e contam com departamento de TI (DTIC) para apoio na parte de infraestrutura de informação e tecnologia. Porém, vale destacar a falta de redundância de energia elétrica e do serviço de Internet.. Além disso, observou-se que o DIEAD possui alguns equipamentos de estúdio de vídeo, entretanto, não possui um espaço adequado e exclusivo para o desenvolvimento das atividades de produção e atualização de videoaulas para o ensino à distância.

## Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

### CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

A Comissão de Avaliação gostaria de ressaltar o pronto atendimento e solicitude das demandas durante a visita in loco de Avaliação por parte do IFRR no ato de Recredenciamento EAD. A maioria das reuniões, previamente agendadas, contaram com elevada participação de cada segmento da comunidade acadêmica, o que possibilitou uma representatividade adequada para a busca de evidências in loco. Em nome da Comissão de Avaliação, agradecemos à toda comunidade acadêmica: gestores, coordenadores, docentes, técnicos-administrativos, tutores, e discentes pela recepção e acolhida à comissão, o que tornou um pouco menos cansativo o longo e árduo trabalho junto ao instrumento de avaliação. Esperamos ter conseguido refletir, por meio do preenchimento de todos os Eixos Avaliativos, a atual realidade da IES, de forma mais fiel, coesa, justa e imparcial possível, e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos sobre conceitos atribuídos e justificativas aos mesmos. Obrigado ao IFRR e ao INEP pela oportunidade de crescimento e aprendizado desta Comissão de Avaliação na realização desta visita!

#### CONCEITO FINAL CONTÍNUO

4,03

#### CONCEITO FINAL FAIXA

4